

2025

**RELATÓRIO SOBRE
INFORMAÇÃO FINANCEIRA E
DE EXECUÇÃO ORÇAMENTAL
EM 30 DE JUNHO DE 2025**

Pág. 1

Introdução

Pág. 4

I – Atividades Mais Relevantes Desenvolvidas Pela Empresa

Pág. 7

A – Área de Gestão e Exploração

Pág. 12

B – Área de Gestão de Obra

Pág. 17

II – Objetivos e Indicadores de Desempenho

Pág. 25

III – O Cumprimento da Estrutura de Gastos e Rendimentos

Pág. 31

IV – O Cumprimento do Plano de Investimentos

Pág. 33

Gestão e Obras do Porto

V – O Cumprimento do Plano de Recursos Humanos

Pág. 37

VI – A Situação Económico-Financeira

Pág. 38

1 – Indicadores de Gestão

Quadro A – Principais números do período

Pág. 40

2 – Demonstrações Financeiras

Quadro B – Balanço

Quadro C – Demonstração dos resultados por natureza

Quadro D – Demonstração das alterações no património líquido

Quadro E – Demonstração dos fluxos de caixa

Quadro F – Indicadores da estrutura de gastos e rendimentos

Pág. 45

3 – Anexo às Demonstrações Financeiras

3.1 – Identificação da identidade, período de relato e referencial contabilístico

3.2 – Principais políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros

3.3 – Fluxos de caixa

3.4 – Ativos intangíveis

3.5 – Ativos fixos tangíveis

3.6 – Locações

-
- 3.7 – Imparidade de ativos
 - 3.8 – Inventários
 - 3.9 – Rendimento de transações com contra-prestação
 - 3.10 – Subsídios públicos
 - 3.11 – Acontecimentos após a data do relato
 - 3.12 – Instrumentos financeiros
 - 3.13 – Benefícios dos empregados
 - 3.14 – Partes relacionadas
 - 3.15 – Outras informações

Pág. 66

4 – Demonstrações Orçamentais

- 4.1 – O mapa do orçamento inicial (NCP26)
- 4.2 – Demonstração de desempenho orçamental

Introdução O Conselho de Administração da Gestão e Obras do Porto, EM, adiante designada de “GO Porto”, vem apresentar ao Município do Porto o seu relatório sobre informação financeira e de execução orçamental, relativo ao 1.º semestre de 2025.

Informa-se que, nos termos do Decreto-Lei n.º 192/2015 de 11 de setembro, o SNC-AP (Sistema de Normalização Contabilística para Administrações Públicas) é o normativo contabilístico adotado na GO Porto, desde 1 de janeiro de 2020. No que às normas de contabilidade pública previstas neste normativo diz respeito, o presente relatório de execução orçamental faz referência à NCP 26 – Contabilidade e Relato Orçamental, exibindo apenas os mapas do Orçamento Inicial e da Demonstração de Desempenho Orçamental.

Em cumprimento das alíneas h) e k) do artigo 19.º dos Estatutos da Empresa e da alínea h) do n.º 5 do artigo 25.º da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, a fiscalização da atividade social da GO Porto é exercida por um fiscal único, que é revisor oficial de contas, a quem compete remeter semestralmente ao órgão executivo do Município a informação sobre a situação económica e financeira da empresa municipal e emitir a certificação legal das contas. Por outro lado, em conformidade com o prescrito nas alíneas d) a f) do n.º 1 do artigo 42.º da mesma lei, a Empresa deve facultar ao órgão executivo do Município, designadamente, documentos de prestação anual de contas, relatórios trimestrais de execução orçamental, assim como quaisquer outras informações e documentos solicitados, com vista a assegurar a boa gestão e a evolução da situação económica e financeira.

I

Atividades Mais Relevantes Desenvolvidas Pela Empresa

Atividades Mais Relevantes Desenvolvidas Pela Empresa

5

O exercício económico de 2025 pode considerar-se marcado na história da GO Porto, por ser o primeiro que se inicia sob a vigência, em pleno, dos referenciais normativos, no âmbito do Ambiente (ISO 14001), da Segurança e Saúde no Trabalho (ISO 45001) e da Responsabilidade Social (NP 4469), acrescidos à vigência da certificação ao abrigo da Qualidade (ISO 9001:2015), demonstrativo do compromisso da empresa com a sua Missão e Visão, no sentido de prestar um serviço de excelência na gestão de obras e na gestão e exploração de infraestruturas e equipamentos não habitacionais do Município do Porto, e de ser uma referência na forma sustentada e socialmente responsável como presta os seus serviços, reconhecida pela sua competência e rigor, e capaz de apresentar soluções inovadoras, com impacto no presente e no futuro da cidade.

No âmbito dos normativos referidos no parágrafo anterior, a área da Melhoria e Sustentabilidade da GO Porto vem desenvolvendo, regularmente, procedimentos de acompanhamento e monitorização de fornecedores, parceiros das atividades operacionais de Gestão de Obras e de Gestão e Exploração, suportados na realização de visitas regulares, de forma a verificar o cumprimento dos requisitos estabelecidos no Caderno de Encargos e no Código de Conduta para fornecedores e avaliar o comprometimento dos mesmos com os princípios e valores da empresa, no âmbito da qualidade, do ambiente da segurança e saúde no trabalho e da responsabilidade social.

Durante o corrente exercício, e à semelhança de exercícios anteriores, a GO Porto desenvolveu uma gestão financeira baseada nas melhores práticas de controlo eficiente do Orçamento e dos fluxos monetários de pagamentos e recebimentos, tendo em vista o cumprimento integral de compromissos e métricas, que estão

relevantes em ambos os contratos outorgados com o Município do Porto, o Contrato Programa e Contrato de Mandato (CGE – Contrato de Gestão de Empreendimentos), sob os quais, assenta a legalidade das atividades operacionais desenvolvidas pela empresa:

CONTRATO PROGRAMA 2024-2026:

Dando resposta à obrigação de celebrar com o Município do Porto um contrato-programa, nele concretizando as determinações do artigo 50.º da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, foi assinado, entre as partes, a 13 de dezembro de 2023, e já sujeito a dois aditamentos, o primeiro, firmado a 29 de novembro de 2024 e, o segundo, firmado a 29 de julho de 2025, o Contrato Programa 2024-2026, no âmbito do qual, e por mandato do Município do Porto, cabe à GO Porto a gestão, exploração e rentabilização do Mercado do Bolhão, a gestão de todo o “Edifício de São Dinis”, assegurando, designadamente, os serviços de manutenção corretiva e preventiva, de vigilância e de limpeza – não obstante, este equipamento ser partilhado com a empresa municipal Porto Ambiente -, e a gestão do contrato para a Reconversão e Exploração do Antigo Matadouro Industrial do Porto, através de poderes e prerrogativas que lhe permitam uma adequada gestão desse contrato, em representação e no superior interesse do Município do Porto.

CONTRATO DE MANDATO 2023-2025 (CGE - Contrato de Gestão de Empreendimentos):

Outorgado, entre a GO Porto e o Município do Porto, a 9 de dezembro de 2022, este contrato já foi sujeito a três aditamentos, o primeiro, assinado a 13 de dezembro de 2023, o segundo, a 29 de novembro de 2024 e, o

terceiro, a 29 de julho de 2025, todos tendo por objetivo uma reprogramação financeira dos exercícios económicos, sem agravamento dos respetivos encargos ou responsabilidades financeiras para o triénio em causa.

Relembra-se que o artigo 402º da Lei do Orçamento de Estado (LOE) para 2020 (Lei n.º 2/2020 de 31 de março), veio alterar o artigo 47º LOPTC, pelo que os contratos programa e os contratos de mandato celebrados entre as empresas municipais e o Município estão isentos de visto do Tribunal de Contas.

Atividades Mais Relevantes Desenvolvidas Pela Empresa

A – Área de Gestão e Exploração

Durante o 1.º semestre de 2025, a atividade operacional desenvolvida no Mercado do Bolhão descreve-se nos termos seguintes:

Mercado do Bolhão:

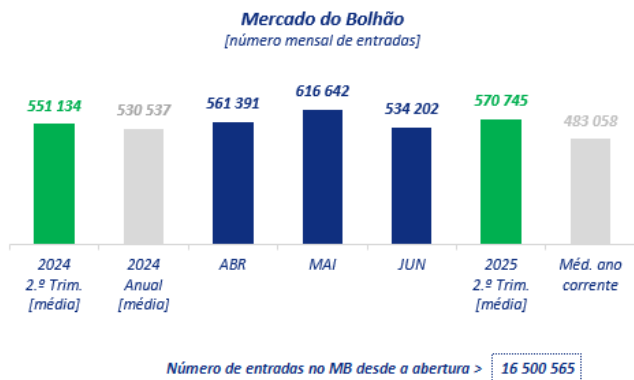
Após um 1.º trimestre intensamente preenchido com reuniões envolvendo todas as partes interessadas – incluindo comerciantes e movimentos associativos –, o restante do semestre foi dedicado à execução de propostas previstas no plano de ações:

1. Reorganização do Mercado do Bolhão: preparação do procedimento junto do projetista com vista à orçamentação precisa dessa reorganização, ao nível da atividade de bebidas alcoólicas debaixo da escadaria principal; atividade dos congelados junto da entrada da Rua Formosa, retirando-se daqui a atividade da salsicharia, que virá para mais próximo das Cozinhas das Tripas;
2. Melhorias na Gestão das Pragas (Aves): foram colocadas duas máquinas de controlo de pragas, estando em curso de colocação, um gel de controlo;
3. Reanálise das Coimas relativas aos encerramentos das Telas – valores já devolvidos aos comerciantes;
4. Implementação dos Sombreamentos Laterais – concluída, em curso a sua eletrificação;
5. Análise reforçada, em conjunto com os comerciantes, sobre as propostas para a revisão do Regulamento, nomeadamente sobre a

proibição de cozinhas nas Bancas – em curso análise da nova proposta com o Grupo de trabalho criado pelos comerciantes.

No final do 1.º semestre de 2025, e conforme se observa no gráfico seguinte, o Mercado do Bolhão atinge um total de 16.500.565 entradas, desde a sua reabertura a 15-09-2022, já completamente restaurado e modernizado.

No ano corrente, os primeiros seis meses registam um número de 2.898.345 visitantes, mais cerca de 50.000 pessoas do que no 1º semestre homólogo de 2024, o que representa uma média mensal de 483.058 entradas, registo ainda aquém da média mensal anual de 2024 (530.537 entradas), em 9,0%:



Durante o 1.º semestre, deu-se seguimento aos investimentos que se identificaram como necessários contratar/executar:

- Implementação de Reforço de Sombreamento para as bancas laterais e de topo;

- Melhorias na máquina de produção de gelo;
- Aquisição de novos equipamentos de frio;
- Reforço de sinalética nas entradas;
- Novos contentores para Sala de Resíduos;
- Contratação da manutenção das Grades Exteriores;
- Programação dos Interfaces da CDI;
- Reparação da Barreira da Cave Logística.

No âmbito da gestão comercial dos Espaços de Ocupação Temporária do Bolhão, destacam-se as seguintes iniciativas realizadas neste 1º semestre:

- Realização de diversas propostas comerciais e análise dos melhores candidatos a operadores temporários da Galeria Comercial;
- Continuação de elaboração do modelo de exploração ou parcerias significativas para as áreas da cozinha Bolhão Meireles, galeria comercial e/ou Passadiço;
- Lançamento dos Mercadinhos produzidos pela GO Porto, EM, nomeadamente o da Páscoa;
- Garantia de resposta a todas as reclamações apresentadas junto da Direção do Mercado.
- Realização de esforços junto dos restaurantes, comerciantes e inquilinos, ao nível da taxa de cobrança;
- Foram realizadas dezenas de reuniões individuais com comerciantes;
- Foi realizada 1 reunião geral, em fevereiro.

No que se refere à gestão operacional do negócio e do edifício do Mercado do Bolhão, destacam-se no período em análise as ações realizadas seguintes:

- Monitorização contínua de ações de âmbito operacional a realizar durante o funcionamento do MB (avaliação dos serviços prestados pelo prestador de gestão operacional do empreendimento);
- Identificação contínua de melhorias a implementar nas infraestruturas e equipamentos tendo em vista ajustes relacionados com a operação dos comerciantes (sombreamentos, necessidades de ar condicionado, entre outras);
- Identificação contínua de novas necessidades para as infraestruturas de forma a melhorar a experiência do visitante (sinalética, comunicação de serviços, entre outras);
- Acompanhamento de auditorias no âmbito da certificação integrada de ambiente, segurança e responsabilidade social;
- Acompanhamento de todas as reclamações da garantia de obra junto dos inquilinos e comerciantes.
- Nova Contratação do programa “De Manhã começa o dia”;
- Participação no programa “A Banca Vizinha”;
- Nova contratação de Recursos para as Visitas Guiadas;
- Protocolo com o Instituto do Vinho do Porto.

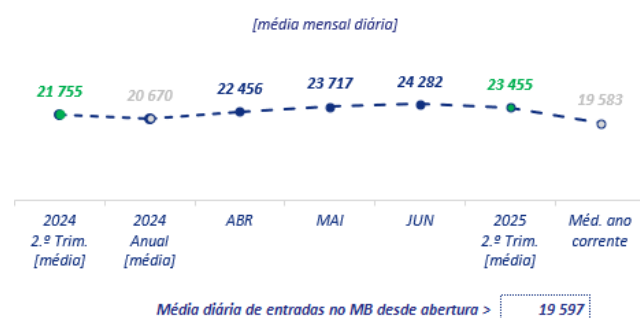


↑ Legenda Evento Banca a concurso “A Banca Vizinha”

Atividades Mais Relevantes Desenvolvidas Pela Empresa

9

No gráfico seguinte, observa-se no trimestre findo, uma média mensal diária de 23.455 entradas, acima do registo homólogo de 2024 (21.755), em 7,8%. No corrente ano, o registo médio diário fixa-se em 19.583 entradas, ligeiramente abaixo do registo do ano anterior (20.670), em 5,2%:



No que se refere ao processo de comunicação e promoção do Mercado do Bolhão, destacam-se as ações seguintes:

- Desenvolvimento, validação, implementação e monitorização, de forma contínua, do Plano de Comunicação e Marketing do Mercado do Bolhão;
- Definição de plano de ação adaptado às necessidades dos comerciantes, no decurso das reuniões individuais e coletivas realizadas.
- Administração e dinamização do website do Mercado do Bolhão www.mercadobolhao.pt; Desenvolvimento de conteúdos; e Implementação de melhorias.
- Gestão e atualização de conteúdos dos quiosques multimédia instalados no Mercado do Bolhão (Praça Formosa, entrada da Rua de Fernandes Tomás e entrada do Metro); retificações e melhorias técnicas; preparação destes equipamentos para integração da Corporate TV municipal;

- Finalização de ajustes técnicos e de conteúdos destinados à app móvel do Bolhão, cujo lançamento se prevê para o segundo semestre de 2025;
- Solicitação e participação em reuniões e visitas técnicas com entidades estratégicas com potencial de envolvimento na agenda de eventos e/ou promoção do Mercado;
- Criação de identidades visuais e respetivos suportes, bem como gestão de templates/layouts adaptados a cada evento, campanha, ação ou necessidade de comunicação;
- Acompanhamento e discussão em reuniões com os restaurantes do Mercado do Bolhão no sentido de se definir o enquadramento e a operacionalização a considerar na sua proposta para ativação da Galeria do terceiro piso;
- Reunião com comerciantes, lojistas, restaurantes e acompanhamento de visita aos comerciantes em conjunto com ACTBA;
- Registo fotográfico de eventos (concertos, showcookings, espetáculos de dança, ativações, etc.), registo fotográfico de abertura de lojas, bancas e restaurantes e divulgação nas redes sociais;
- Desenvolvimento dos trabalhos audiovisuais concretizados no âmbito do GCP, designadamente através da introdução de novas rubricas nas redes sociais e da aposta em conteúdos vídeo, mais valorizados pelos algoritmos digitais;
- Desenvolvimento e consolidação da estratégia de eventos segundo quatro eixos: Agroalimentar; Artes & Entretenimento; Ativações de Marca; Programas Especiais (mais de 75 eventos realizados);
- Acompanhamento e comunicação específica de ações de entidades externas ao Mercado para dinamização no espaço, designadamente: Showcookings, Ohana Market, Handmade Market, Bozes Boadoras no Bolhão, Workshops, concertos, Feira do Alvarinho, Festival do Forró, Festival Dias da Dança, Visita Pascal, entre outros;

- Promoção de abertura das candidaturas aos Mercadinhos previstos para 2025, designadamente Mercadinho da Páscoa e de São João; Desenvolvimento de identidade gráfica nova para os Mercados no Bolhão, após reajuste do conceito das Feiras Temáticas; Anúncios digitais;
- Preparação do programa de São João no Mercado, comunicação, desenvolvimento de campanha e acompanhamento dos eventos; destaque para os eventos: concerto do Paulo Ribeiro (vocalista da Bandalusa), Ópera de Bolso, Mercado do São João, Oficinas de Balão de São João, etc.
- Desenvolvimento de ação em parceria com a Divisão das Bibliotecas, designada “A Poesia Rouba no Peso”, como forma de assinalar o Dia Nacional da Poesia; desenvolvimento de imagem para comunicação; suporte logístico à Divisão;
- Participação com ativação de marca no festival de música Primavera Sound Porto 2025, com o stand do Mercado do Bolhão que replica uma banca histórica; conceção da ativação e produções associadas para a sua execução, designadamente merchandising; recolha de dados para incremento das bases de contactos de newsletter, no decurso da ativação em curso;



↑ Legenda Participação no Primavera Sound Porto 2025

- Planeamento e produção de conteúdos para as redes sociais: 128 publicações no Facebook + stories; 132 publicações no Instagram + stories; 17 publicações no LinkedIn;
- Lançamento da segunda temporada da série digital “Há... no Bolhão”, com o influenciador “Gastropiço”, referência na área da gastronomia dentro do universo digital; reuniões preparativas com o influenciador e produtora de vídeo, com alinhamento de expectativas e definição de conceito; gravação e lançamento do primeiro episódio;
- Envio de 7 newsletters externas sobre o novo horário de verão e surpresas para 2025;
- Gestão da newsletter interna SOMOS BOLHÃO, para reforço da comunicação com os comerciantes: Melhorias ao layout; Gestão e criação de conteúdos; e Compilação e tratamento de dados;
- Promoção dos serviços de Visitas Guiadas e Técnicas ao Mercado do Bolhão, designadamente através de: Desenvolvimento de imagem gráfica dos serviços, para comunicação em diversos suportes e plataformas digitais e offline;
- Acompanhamento e resposta às diligências para a concretização de visitas de stakeholders-chave ao Mercado, designadamente de comitativas internacionais, forças de segurança pública, etc.;
- Gestão de contactos no âmbito da estratégia de Assessoria de Imprensa e contactos com meios de comunicação para rúbricas estratégicas específicas e alinhadas com o Município – ex.: abordagens one to one a jornalista para coberturas, emissões em direto ou divulgação de histórias; Foram registados cerca de 1217 resultados mediáticos (com menções ao Mercado do Bolhão) ao longo do primeiro semestre;
- Acompanhamento de reportagens, diretos e outras oportunidades mediáticas relativas ao Mercado do Bolhão, nomeadamente, dos quais se destacam meios-

Atividades Mais Relevantes Desenvolvidas Pela Empresa

11

chave como: RTP, Porto Canal, CNN, TSF, Jornal de Notícias e Lusa;

- Desenvolvimento de informação de apoio na prestação de declarações aos órgãos de comunicação social, bem como a respetiva articulação necessária com o Município;

- Consultas e reunião preliminares com candidatos a diversos procedimentos concursos; desenvolvimento de peças jurídicas e acompanhamento dos procedimentos (+ de 15);

- Estudos e testes no local para aplicação de sinalética de chão, que facilite a circulação dos visitantes pelas

várias áreas do Mercado, designadamente mercado de frescos, restaurantes e lojas de exterior.

↓ Legenda Mercado do Bolhão



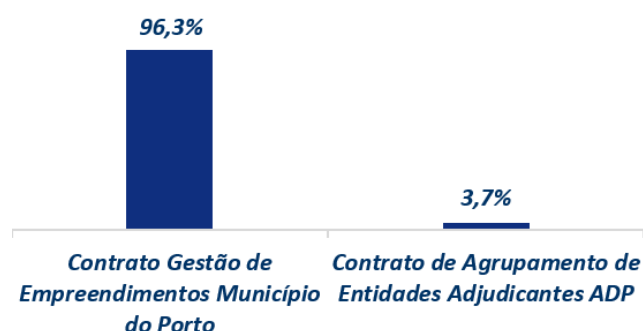
B – Área de Gestão de Obra

Trata-se da atividade operacional desenvolvida pelas áreas da Direção de Produção (DP) e do Gabinete do Espaço Público (GEP), tendo compreendido no período em análise ações de planeamento e execução de empreendimentos nas áreas de clientes seguintes:

1. Os incluídos no Contrato de Gestão de Empreendimentos (CGE), firmado com o Município do Porto;
2. Os que são tutelados por protocolos e acordos de gestão com outras entidades.

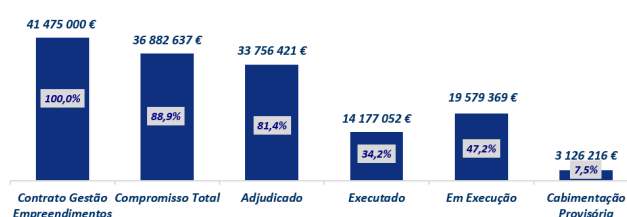
Com destaque para o predomínio dos empreendimentos previstos no CGE (96,3%), o 1.º semestre de 2025 encerra com a distribuição das encomendas, em curso e em carteira, sob a repartição seguinte:

Distribuição das Encomendas por Cliente



Tendo por consideração o âmbito global do CGE e dos acordos de colaboração com outras entidades, no gráfico seguinte observa-se que a GO Porto atinge um valor de execução de € 14.177.052 o que representa uma taxa de realização geral de 34,2%:

Nível de Execução Orçamental [CGE]



Em relação ao desempenho dos empreendimentos, quer previstos no CGE, quer previstos em protocolos e acordos de gestão com outras entidades, a seguir detalham-se as atuações, durante o 1.º semestre de 2025, das áreas da Direção de Produção e do Gabinete do Espaço Público:

1. Do Contrato de Gestão de Empreendimentos GO Porto – Câmara Municipal do Porto (CMP)

EQUIPAMENTOS E PROGRAMAS MUNICIPAIS

Nesta área, terminou-se a empreitada de reabilitação na Casa Tait e iniciou-se a empreitada de reabilitação do Teatro Municipal Campo Alegre, atualmente em curso.

A Biblioteca Pública Municipal do Porto mantém-se em concurso público de empreitada, estando atualmente em fase de qualificação de candidatos, enquanto o contrato de empreitada para a reabilitação da Escola de Artes Balleateatro já se encontra assinado, estando a obra prevista iniciar em setembro 2025.

Foi ainda dada continuidade à revisão do projeto de reabilitação do Museu CACE:

Descrição	Valor inscrito no Ano de 2025 no CGE	Valor Executado 2025 até ao fim 1.º Sem	Tx. de realização do CGE
	[a]	[b]	[c = b/a]
EQUIPAMENTOS E PROGRAMAS MUNICIPAIS	6 909 000 €	501 842 €	7,3%

CONSOLIDAÇÃO DA ESTRATÉGIA ECONÓMICA DA CIDADE

Nesta rubrica, continuou o acompanhamento da obra de reconversão do Antigo Matadouro Industrial do Porto e deu-se continuidade à empreitada do Equipamento Municipal Feiródromo de Campanhã, inaugurado no passado dia 12 de julho:

Descrição	Valor inscrito no Ano de 2025 no CGE	Valor Executado 2025 até ao fim 1.º Sem	Tx. de realização do CGE
	[a]	[b]	[c = b/a]
CONSOLID. ESTRATÉGIA ECONÓMICA DA CIDADE	2 339 000 €	910 958 €	38,9%

EDUCAÇÃO

Na área de educação, terminou-se a requalificação da Escola Básica de Agra do Amial e teve início a empreitada de requalificação da Escola Básica da Ponte. Encontram-se em fase de contratação de projeto as requalificações da Escola Básica Nicolau Nasoni, da Escola Básica Eugénio de Andrade e da Escola Básica Francisco Torrinha. Ainda durante o corrente ano, prevê-se lançar o procedimento de contratação de projeto para a Escola Secundária Infante D. Henrique:

Descrição	Valor inscrito no Ano de 2025 no CGE	Valor Executado 2025 até ao fim 1.º Sem	Tx. de realização do CGE
	[a]	[b]	[c = b/a]
EDUCAÇÃO	2 331 000 €	831 847 €	35,7%

AMBIENTE

Nesta rubrica, prosseguiu a obra do Jardim Senhora do Porto, prevendo-se terminar no 2.º semestre de 2025.

Iniciou-se a contratação dos projetos dos Espaços de Jogo e Recreio e dos projetos dos Centros de Educação Ambiental, assim como foi adjudicado o projeto de construção do Biolab da Quinta de Salgueiros.

Deu-se continuidade ao projeto de construção do Parque Urbano da Lapa, assim como ao projeto da ampliação do Crematório do Prado do Repouso e ao projeto da remodelação do Edifício Administrativo do Cemitério de Agramonte:

Descrição	Valor inscrito no Ano de 2025 no CGE	Valor Executado 2025 até ao fim 1.º Sem	Tx. de realização do CGE
	[a]	[b]	[c = b/a]
AMBIENTE	1 536 000 €	239 640 €	15,6%

QUALIDADE DE VIDA URBANA

Nesta área, terminou-se a empreitada do Espaço de Apoio aos Desportos e deu-se continuidade à empreitada do Campo Municipal de Campanhã. Continuaram os trabalhos de reformulação do Campo do Viso e da Fase II do Parque Desportivo de Ramalde, prevendo-se o final da obra deste último em julho 2025.

Estão em desenvolvimento os projetos de execução para a construção e/ou reabilitação de 9 Centros de Saúde e de mais 1 unidade, em fase de contratação de projeto.

O projeto para a construção do Parque Desportivo Municipal Oriental encontra-se em fase de anteprojecto, prevendo-se o seu licenciamento no 2º semestre de 2025 e

Atividades Mais Relevantes Desenvolvidas Pela Empresa

o projeto do Parque Desportivo da Ervilha iniciou em junho de 2025:

Descrição	Valor inscrito no Ano de 2025 no CGE	Valor Executado 2025 até ao fim 1.º Sem	Tx. de realização do CGE
	[a]	[b]	[c = b/a]
QUALIDADE DE VIDA URBANA	8 913 000 €	3 334 302 €	37,4%

REGENERAÇÃO URBANA

Nesta rubrica orçamental, destaca-se que se iniciou o procedimento de contratação do projeto para as Obras de Urbanização da UOPG1 – Unidades de Execução UE1, UE2 e UE3 – Avenida Nun’Álvares, concurso público internacional limitado por prévia qualificação, encontrando-se à data em fase de análise de candidaturas.

Foram consignadas e concluídas as beneficiações da Rua Aval de Cima, da Rua de Belém, da Rua Eng. Luiz Delgado Santos, da Rua Eng. Ferreira Dias e da Rua dos Miosótis. Foi concluída a requalificação da Travessa das Almas, da Rua de Cima e da pavimentação da Rua do Alcaide de Faria.

Iniciaram-se as empreitadas de requalificação da Rua do Bonjardim e da pavimentação da Rua da Fonte do Ourteiro e da Rua de Faia. Deu-se continuidade à requalificação da Praça da República (Jardim Teófilo Braga), prevista terminar em agosto de 2025, da beneficiação da Rua Bartolomeu Velho e da Rua Justino Teixeira e Rua Monte Estação. Concluiu-se a empreitada do prolongamento da Rua John Whitehead. Encontra-se em fase de projeto de execução a requalificação da Praça da Corujeira, enquanto a reabilitação urbana de Azevedo de Campanhã (Fase 2) está em fase de revisão de projeto. Está em curso a contratação da empreitada para a

construção do Loteamento do Monte Pedral e para a Requalificação do Espaço Público de Lordelo.

No âmbito do Programa Rua Direita, dos 90 arruamentos, 35 estão terminados, 30 em obra, 22 em contratação de empreitada e 3 em fase de projeto. Iniciaram-se as requalificações da Rua da Póvoa, Caminho e Travessa da Asprela e Rua da Agra de Ramalde. Finalizou-se a requalificação da Rua das Doze Casas e Rua de Gil Vicente.

Prosseguiram ainda as empreitadas da Rua Direita do Viso, Dionísio Santos Silva, Rua da Lomba, Rua e Travessa de Maceda e envolvente e Travessa de S. Dinis.

Prevê-se a consignação das empreitadas na Rua de Requezende e Travessa de Requezende, na Rua Monte de Ramalde, Francos, Padre António Coutinho, Travagem e Pisca e na Rua Álvaro Castelões.

No primeiro semestre de 2025 foram executadas pelo GEP as obras de pavimentação da Rua de Santos Pousada e da Rua de Dom António Barroso, de requalificação, no âmbito do programa municipal Rede 20, do Passeio das Virtudes, das ruas de São Miguel, de S. Bento da Vitória, de Santa Teresa e da Fábrica e da remodelação da envolvente ao Terminal Intermodal de Campanhã. Iniciaram-se as obras da Via Panorâmica Edgar Cardoso, da Rua de Alves Redol.

Em curso, ainda pelo GEP, encontram-se os projetos de intervenção nas ruas de Azevedo Albuquerque, Cândido dos Reis, Belos Ares e João de Deus (Sul), Leonardo Coimbra, da Envolvente ao Jardim de Paulo Vallada e da Rua da Argentina e Travessa da Fonte Arcada:

Descrição	Valor inscrito no Ano de 2025 no CGE	Valor Executado 2025 até ao fim 1.º Sem	Tx. de realização do CGE
	[a]	[b]	[c = b/a]
REGENERAÇÃO URBANA	18 017 000 €	7 773 977 €	43,1%

QUALIFICAÇÃO DO AMBIENTE URBANO E ESPAÇO PÚBLICO

Rubrica de investimento com dotação orçamental residual não executada:

Descrição	Valor inscrito no Ano de 2025 no CGE	Valor Executado 2025 até ao fim 1.º Sem	Tx. de realização do CGE
	[a]	[b]	[c = b/a]
QUALIF. AMBIENTE URBANO E ESPAÇO PÚBLICO	1 000 €	0 €	0,0%

TRANSPORTE PÚBLICO

Nesta área, efetuaram-se trabalhos de correção e instalação de equipamentos adicionais relacionados com o empreendimento do Terminal Intermodal de Campanhã:

Descrição	Valor inscrito no Ano de 2025 no CGE	Valor Executado 2025 até ao fim 1.º Sem	Tx. de realização do CGE
	[a]	[b]	[c = b/a]
TRANSPORTE PÚBLICO	1 000 €	24 772 €	2477,2%

MODOS SUAVES

Nesta rubrica orçamental, está em curso o projeto dos Percursos Pedonais - Ligações Mecanizadas das Virtudes. Encontra-se em fase de contratação a empreitada dos Percursos Pedonais – Ligações Mecanizadas do Palácio de Cristal. A empreitada da ciclovía de ligação entre a Asprela e Campanhã prevê-se iniciar em agosto de 2025:

Descrição	Valor inscrito no Ano de 2025 no CGE	Valor Executado 2025 até ao fim 1.º Sem	Tx. de realização do CGE
	[a]	[b]	[c = b/a]
MODOS SUAVES	422 000 €	66 813 €	15,8%

FUNCIONAMENTO DOS SERVIÇOS

No âmbito desta rubrica orçamental, concluíram-se os trabalhos de remodelação da Casa Escola no BSB, e iniciaram-se os trabalhos no Edifício-Sede da Ágora - Cultura e Desporto do Porto, E. M.:

Descrição	Valor inscrito no Ano de 2025 no CGE	Valor Executado 2025 até ao fim 1.º Sem	Tx. de realização do CGE
	[a]	[b]	[c = b/a]
FUNCIONAMENTO DOS SERVIÇOS	681 000 €	385 520 €	56,6%

OUTROS

Ao abrigo do CGE 2023-2025 em vigor, nesta rubrica orçamental são relevados os gastos com alguns serviços solicitados pelo município do Porto. Tendo natureza de despesa corrente, e não de capital, nesta rubrica estão a ser executados procedimentos de consultoria, pareceres, estudos e outras prestações de bens e serviços, tais como, assessorias financeiras e jurídicas, serviços de comunicação de obras e de planeamento e gestão de processos:

Descrição	Valor inscrito no Ano de 2025 no CGE	Valor Executado 2025 até ao fim 1.º Sem	Tx. de realização do CGE
	[a]	[b]	[c = b/a]
OUTROS	325 000 €	107 379 €	33,0%

TOTAL

Descrição	Valor inscrito no Ano de 2025 no CGE	Valor Executado 2025 até ao fim 1.º Sem	Tx. de realização do CGE
	[a]	[b]	[c = b/a]
TOTAL	41 475 000 €	14 177 052 €	34,2%

Atividades Mais Relevantes Desenvolvidas Pela Empresa

17

2. DOS ACORDOS DE GESTÃO DA GO PORTO COM ÁGUAS DO PORTO, EM

Nos primeiros 6 meses do corrente exercício económico, e entre os principais empreendimentos executados ao abrigo de acordos de agrupamento de entidades adjudicantes com a empresa municipal Águas e Energia do Porto, destacam-se as empreitadas relativas ao Programa Rua Direita (Grupos 3, 4, 5 e 6 - Lote 6 - ii. Projeto 5.4 – Rua das Doze Casas e Rua de Gil Vicente (parcial) e Grupos 3, 4, 5 e 6 - Lote 8 - i. Projeto 6.3 – Rua da Arada, Travessa de Maceda, Rua de Maceda, Largo de Maceda, Viela de Maceda, Travessa de Cartes, Calçada de Maceda, Travessa do Ilhéu, Travessa do Pinheiro Grande e Rua do Pinheiro Grande), como também, a beneficiação das vias, Rua Guedes de Azevedo e Rua de Bonjardim, e das vias, Rua Justino Teixeira e Rua Monte Estação.

No total, assinala-se a 30 de junho de 2025, um valor total de execução referente à quota parte de investimento adstrita àquela empresa municipal, de 1.080,9 mil euros.

3. DE DIVERSOS ACORDOS DE GESTÃO COM OUTRAS ENTIDADES MUNICIPAIS

Neste capítulo, assinala-se os protocolos de colaboração com as Câmaras de Matosinhos e de Gondomar, respetivamente, no que respeita às ciclovias de ligação entre as cidades do Porto e São Mamede de Infesta e do Porto e Rio Tinto, à data, ambos os empreendimentos sem valores de execução.

↓ Legenda **Rua Direita | Requalificação da Tv. da Maceda e Outras**



Objetivos e Indicadores de Desempenho

No corrente exercício económico, a GO Porto prossegue sob avaliação periódica do Município do Porto, conforme previsto no Contrato Programa em vigor (período 2024 – 2026) e nos termos das suas cláusulas n.º 17 e n.º 18, através de indicadores de desempenho organizacional, de eficácia e de eficiência, habilitados com informação acerca das características, atributos e resultados, dos serviços prestados ao nível de três requisitos:

- Qualidade;
- Prazos;
- Controlo de custos.

Os indicadores de eficácia destinam-se a avaliar a qualidade do serviço prestado pela empresa ao nível da execução do contrato de gestão de empreendimentos e do cumprimento dos prazos de conclusão dos projetos e obras, enquanto os indicadores de eficiência procuram aferir o grau de sucesso ao nível dos desvios de custos e da regularidade do processo administrativo pré-contratual. Nos termos daquela cláusula n.º 17, estes indicadores encontram-se estruturados numa escala que contém três níveis de atributos, cujo preenchimento conduzirá a um juízo valorativo sobre a prestação da empresa: prestação ineficaz, eficaz ou muito eficaz; prestação ineficiente, eficiente ou muito eficiente.

1. Indicadores de Eficácia

Através do resultado destes indicadores, pretende-se demonstrar o nível de cumprimento do serviço prestado pela GO Porto ao Município do Porto em sede, quer do Contrato Programa, no âmbito da atividade desenvolvida pela Direção de Gestão e Exploração, quer do Contrato de Gestão de Empreendimentos, no âmbito da atividade desenvolvida pela Direção de Produção.

CUMPRIMENTO DO CONTRATO PROGRAMA

No caso da Direção de Gestão e Exploração, os objetivos setoriais do serviço prestado pela GO Porto são aferidos através dos indicadores de eficácia previstos nos pontos III e IV, alínea a), n.º 1 da cláusula n.º 17 do referido contrato programa, sendo:

- Taxa de ocupação das infraestruturas urbanísticas e/ou equipamentos, nos termos do quadro seguinte:

Indicador de Eficácia	Descrição
Prestação Ineficaz	Taxa de ocupação inferior a 60%.
Prestação Eficaz	Taxa de ocupação igual ou superior a 60% e inferior a 90%.
Prestação Muito Eficaz	Taxa de ocupação igual ou superior a 90%.

- Taxa de cobrança de taxas ou preços pela ocupação de espaços das infraestruturas urbanísticas e/ou equipamentos, nos termos do quadro seguinte:

Indicador de Eficácia	Descrição
Prestação Ineficaz	Taxa de cobrança inferior a 90%.
Prestação Eficaz	Taxa de cobrança igual ou superior a 90% e inferior a 95%.
Prestação Muito Eficaz	Taxa de ocupação igual ou superior a 95%.

No final do 1.º semestre de 2025, e tendo presente que a área de Gestão e Exploração coordenou apenas a gestão operacional do MB, os resultados a seguir apresentados refletem, exclusivamente, a performance desse imóvel:

- Taxa de ocupação: 95,3%, o que representa uma prestação Muito Eficaz.

Descrição	Área total do MB (m ²)	Área ocupada (m ²) por inquilinos, comerciantes e atividades extra	Taxa de ocupação
	[a]	[b]	[c = b/a]
Taxa de Ocupação Média 2025	44 522,40	42 418,80	95,3%

- Taxa de cobrança: 83,6%, o que representa uma prestação Ineficaz.

Descrição	Faturação Emitida	Faturação Cobrada	Taxa de cobrança
	[a]	[b]	[c = b/a]
Taxa de Cobrança Média [Total] 2025	786 930,34	658 075,93	83,6%

Nota: A taxa de cobrança média diz-se “Total”, pelo facto de considerar, para além de cobranças de rendas e taxas de ocupação de bancas, a cobrança de outras faturações, tais como, merchandising, espaços temporários, feiras, etc.

CUMPRIMENTO DO CONTRATO DE GESTÃO DE EMPREENDIMENTOS

No caso das áreas da Direção de Produção e do Gabinete do Espaço Público, o modelo de avaliação do indicador de eficácia no cumprimento do contrato de gestão de empreendimentos está consignado no ponto I, alínea a), n.º 1 da cláusula n.º 17 do mesmo contrato programa, que apresenta a expressão seguinte:

Indicador de Eficácia	Descrição
Prestação Ineficaz	Assegurar o cumprimento das encomendas que lhe sejam efetuadas em valor igual ou inferior a 60%.
Prestação Eficaz	Assegurar o cumprimento das encomendas que lhe sejam efetuadas em valor superior a 60% e inferior a 80%.
Prestação Muito Eficaz	Assegurar o cumprimento das encomendas que lhe sejam efetuadas em valor igual ou superior a 80%.

Decorridos os primeiros seis meses do corrente ano, observa-se uma taxa de execução efetiva de 34,2%, que, e

por ainda estarmos a meio do exercício, representa uma prestação Ineficaz:

Descrição	Valor inscrito no Ano de 2025 no CGE	Valor Executado 2025 até ao fim 1.º Sem	Tx. de realização do CGE
	[a]	[b]	[c = b/a]
TOTAL	41 475 000 €	14 177 052 €	34,2%

CUMPRIMENTO DOS PRAZOS PARA A CONCLUSÃO DOS EMPREENDIMENTOS

Em relação ao indicador de eficácia no cumprimento dos prazos para a conclusão dos empreendimentos, o seu modelo de avaliação encontra-se consignado no ponto II, alínea a), n.º 1 da cláusula n.º 17 do referido contrato programa, sob a expressão seguinte:

Indicador de Eficácia	Descrição
Prestação Ineficaz	Acréscimo (médio) ao prazo contratual de execução de obras (com prazo superior a 60 dias) em 15% ou mais por motivos atinentes à gestão da GO Porto.
Prestação Eficaz	Acréscimo (médio) ao prazo contratual de execução de obras (com prazo superior a 60 dias) até 14% por motivos atinentes à gestão da GO Porto.
Prestação Muito Eficaz	Acréscimo (médio) ao prazo contratual de execução de obras (com prazo superior a 60 dias) até 5% por motivos atinentes à gestão da GO Porto.

À semelhança dos exercícios económicos anteriores, e tomando por consideração as empreitadas que tiveram conclusão até junho e que compreendiam um prazo de execução superior a 60 dias, o objetivo deste indicador é mensurar o acréscimo médio aos prazos contratuais de execução das obras por motivos atinentes ao dono de obra.

No final do período em análise, e conforme se demonstra no quadro seguinte, observa-se um acréscimo ao prazo contratual de execução de 4,6%, o que representa uma prestação Muito Eficaz:

ID do Processo [Empreitada]	Data [consignação]	Prazo [dias]	Alteração [dias]	Suspensão [dias]	Conclusão [data do último auto medição]	Período de Multa [dias]	Desvio [prazo]	Observação
Empreitada de Beneficiação do Largo do Duque da Ribeira	16-05-2023	180	116	296	06-01-2025		1,5%	
Rua de Cima I Requalificação	01-07-2024	180			07-01-2025		5,6%	
Beneficiação do pavimento da Rua Direita de Pereiró	23-10-2024	60			13-01-2025		36,7%	Esta obra terminou dentro do prazo, no final de dezembro todavia porque apanhou um período de festas só foi possível que o DO, Empr. e Fisc se reunissem em janeiro para assinar o auto e formalizar o fim da obra.
GEPI Requalificação envolvente a creche na R. Tâmega I Empreitada	11-11-2024	60			20-01-2025		16,7%	A obra terminou no prazo previsto (a 10-01-2025). A discrepância verificada no quadro apresentado tem a ver com o tempo que decorreu entre o fim da obra, a data da medição dos trabalhos (a 20-01-2025) e da receção provisória (a 27-01-2025).
Beneficiação do pavimento da Rua do Alcaide de Faria	25-11-2024	60			27-01-2025		5,0%	
Empreitada de Requalificação da Rua de Ramalde do Meio II	13-05-2024	270			29-01-2025		-3,3%	
Estabilização de Escarpas do Barredo e Verdades I Empreitada	20-05-2024	150	64		31-01-2025		19,6%	O desvio prende-se com os atrasos do empreiteiro devido a correções aos trabalhos realizados e limpeza do local da empreitada
Obras de Arte - Fase 5 Reabilitação	29-07-2024	180	38		26-02-2025		-2,8%	
Empreitada Rua Direita I Requalificação da Tr. de Entre Campos e Outras II	13-11-2023	450	30		03-03-2025		-0,8%	
Beneficiação do pavimento da Rua de Aval de Cima	08-01-2025	75			25-03-2025		1,3%	
Casa Tait Conservação e Manutenção - Empreitada	08-07-2024	180	75		28-03-2025		3,1%	
Dissuasores Ruas Diversas I Colocação I Lote 2 – Empreitada	06-12-2024	100			02-04-2025		17,0%	Como algumas unidades de dissuasores não foram instaladas, estávamos em contacto com a CMP para avaliar a possibilidade de instalação noutras locais que considerassem necessários. Por esse motivo, a faturação não foi encerrada de imediato, nem foi elaborado o auto de medição, até se definir se todos os dissuasores seriam ou não instalados.
Empreitada de Requalificação da EB Agra do Amial - 2	12-03-2024	240	134		04-04-2025		3,7%	
Beneficiação do pavimento da Rua dos Miosóti	13-01-2025	75			03-04-2025		6,7%	
Espaço de Apoio aos Desportos I Construção - Empreitada	28-10-2024	120	17		25-03-2025		8,0%	
Obras de Arte - Muros Rua de Miragaia I Reabilitação I Empreitada	18-11-2024	120	30		17-04-2025		0,0%	
Rua John Whitehead I Prolongamento - Empreitada	16-09-2024	240			14-05-2025		0,0%	
Rua Direita I Requalificação da Rua das Doze Casas e Rua de Gil Vicente (parcial) II	31-07-2023	420	186		29-05-2025		10,2%	
Rua Eng. Luís Delgado Santos e Rua Eng. Ferreira Dias I Beneficiação - Empreitada	28-01-2025	91	30		29-05-2025		0,0%	
Beneficiação do pavimento da Rua de Belém	07-04-2025	61			09-06-2025		3,3%	
Acréscimo Médio ao Prazo Contratual							4,6%	

2. Indicadores de Eficiência

Os indicadores de Eficiência pretendem avaliar a produtividade da GO Porto, sendo esta avaliada através dos indicadores do desvio de custos real face ao estimado e do nível da regularidade do processo administrativo pré-contratual.

DESVIO DE CUSTOS

Com este indicador de eficiência pretende-se aferir o desvio do acréscimo médio de custos das empreitadas face ao preço contratual, incluindo os trabalhos suprimidos, os trabalhos a mais, os erros e omissões e as alterações ao projeto.

Consignado no ponto I, alínea b), n.º 1 da cláusula n.º 17 do contrato programa em vigor, o modelo de avaliação assenta nos termos seguintes:

Indicador de Eficiência	Descrição
Prestação Ineficiente	Obter uma taxa média de acréscimo de custos, em empreitadas, em valor superior a 5% dos preços contratuais.
Prestação Eficiente	Garantir uma taxa média de acréscimo de custos, em empreitadas, em valor igual ou inferior a 5% e superior a 2% dos preços contratuais.
Prestação Muito Eficiente	Garantir uma taxa média de acréscimo de custos, em empreitadas, em valor igual ou inferior a 2% dos preços contratuais.

No encerramento do 1.º semestre de 2025, e conforme demonstrado no quadro seguinte, observa-se uma taxa média de acréscimo de custos em empreitadas de 2,9%, o que representa uma prestação Eficaz, conforme detalhe exibido no quadro seguinte:

ID do Processo [Empreitada]	Data do Auto de recepção provisória	Valor Contratual	Trabalhos a Mais/ Trabalhos complementares imprevisíveis	Erros e Omissões/ Trabalhos complement. não previstos	Alterações de projecto/ Modificações objetivas de contrato	Trabalhos comple- mentares	Trabalhos a Menos	Desvio [de custo]	Observações
Empreitada de Beneficiação do Largo do Duque da Ribeira	08-03-2024	244 300 €	0 €	0 €	0 €	60 016 €	-33 008 €	11,1%	O desvio de custos resulta da não existência de telas finais da construção do edifício e da dificuldade em aferir do que se encontrava embebido na laje.
Rua de Cima I Requalificação	09-02-2024	311 656 €	0 €	0 €	0 €	0 €	-149 €	0,0%	
Ponte Pedonal TIC I Reparação - Empreitada	26-01-2024	13 918 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0,0%	
Beneficiação do pavimento da Rua Direita de Pereiró	02-04-2024	186 522 €	0 €	0 €	0 €	0 €	-5 233 €	-2,8%	
GEP I Rampa na Rua de Diogo Botelho I Empreitada	03-07-2024	9 210 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0,0%	
Execução de proteção tubagem de Gás - cozinhas de tripas	09-04-2024	2 500 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0,0%	
GEP I Requalificação envolvente a creche na R. Tâmega I Empreitada	04-01-2024	87 244 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0,0%	
Beneficiação do pavimento da Rua do Alcaide de Faria	13-11-2024	80 151 €	0 €	0 €	0 €	0 €	-6 129 €	-7,6%	
Empreitada de Requalificação da Rua de Ramalde do Meio II	22-01-2024	495 000 €	0 €	0 €	0 €	0 €	-25 922 €	-5,2%	
Estabilização de Escarpas do Barredo e Verdades I Empreitada	23-01-2024	148 340 €	0 €	0 €	0 €	10 027 €	-150 €	6,7%	O desvio de custos resulta do agravamento das condições de segurança de um muro de alvenaria acima da escarpa do Barredo.
Obras de Arte - Fase 5 Reabilitação Empreitada Rua Direita I	13-09-2024	246 076 €	0 €	0 €	0 €	31 227 €	-19 102 €	4,9%	
Requalificação da Tr. de Entre Campos e Outras II	22-02-2024	1 276 683 €	0 €	0 €	0 €	57 076 €	-128 077 €	-5,6%	
GEP I Pavimentos no Queimodromo I Empreitada	08-04-2024	29 855 €	0 €	0 €	0 €	0 €	-308 €	-1,0%	
Beneficiação do pavimento da Rua de Aval de Cima	17-06-2024	203 232 €	0 €	0 €	0 €	0 €	-14 159 €	-7,0%	
Casa Tait Conservação e Manutenção - Empreitada	09-09-2024	177 672 €	0 €	0 €	0 €	26 278 €	0 €	14,8%	O desvio de custos resulta do de trabalhos não previstos ou mal estimadas no projeto nomeadamente trabalhos de carpintarias (o real estado das estruturas de madeira era muito pior do que o estimado em projeto), trabalhos de Serralharias (dada a necessidade de tratamento de elementos metálicos existentes na fachada, remoção de chumbadouros antigos e alteração de oposição das portadas) e trabalhos de revestimento de paredes (Efetuada a limpeza das fachadas conforme previsto em projeto, com a remoção dos revestimentos de pintura pré-existente, em especial a tinta "tartaruga", evidenciaram-se áreas de reboco que estão muito fissuradas e com fissuração radicular em que estava prevista apenas a sua pintura, bem como nas áreas em que se verificavam rebocos empolados ou a destacar estes revelaram-se mais extensos do que inicialmente previsto) e trabalhos de revestimento de paredes e pinturas
Viaduto da Via do Castelo do Queijo - Reparação da Junta de Dilatação - Empreitada	18-07-2024	4 980 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0,0%	
Dissuasores Ruas Diversas I Colocação I Lote 2 - Empreitada	24-03-2025	93 698 €	0 €	0 €	0 €	0 €	-1 157 €	-1,2%	
Empreitada de Requalificação da EB Agra do Amial - 2	04-04-2025	1 196 361 €	0 €	0 €	2 748 €	54 268 €	-13 515 €	3,6%	

ID do Processo [Empreitada]	Data do Auto de receção provisória	Valor Contratual	Trabalhos a Mais/ Trabalhos complementa- res imprevisíveis	Erros e Omissões/ Trabalhos complement. não previstos	Alterações de projecto/ Modificações objetivas de contrato	Trabalhos comple- mentares	Trabalhos a Menos	Desvio [de custo]	Observações
Beneficiação do pavimento da Rua dos Miosótiis	09-04-2025	251 230 €	0 €	0 €	0 €	83 552 €	-29 329 €	21,6%	Os TC consistiram no reforço da fundação do pavimento, devido à sua insuficiente capacidade de suporte após a aplicação da primeira camada betuminosa, e na sobrelevação de uma passadeira, criação de caldeiras e ampliação de uma plataforma de autocarro, na sequência de reclamações apresentadas por municípios.
Espaço de Apoio aos Desportos I Construção - Empreitada	10-04-2025	206 479 €	0 €	0 €	0 €	11 988 €	-5 669 €	3,1%	
Obras de Arte - Muros Rua de Miragaia I Reabilitação I Empreitada	17-04-2025	114 505 €	0 €	0 €	0 €	0 €	-5 130 €	-4,5%	
Dissuasores Ruas Diversas I Colocação I Lote 1 I Ramalde – Empreitada	29-04-2025	9 766 €	0 €	0 €	0 €	0 €	-171 €	-1,8%	
Rua John Whitehead I Prolongamento - Empreitada	14-05-2025	739 999 €	0 €	0 €	0 €	94 632 €	-20 800 €	10,0%	Trabalhos de suprimento de Erros de Medição e Omissões; Trabalhos imprevisíveis nomeadamente ao nível das cotas de fundação do muro junto à Ribeira da Granja, execução de bacias de retenção localizadas na presença de rocha dura, presença de material vegetal no leito de pavimento a construir e a necessidade de estabilização do terreno face a condições geotécnicas imprevistas.
GEP I Envolvente Viária ao TIC I Empreitada	15-05-2025	39 679 €	0 €	0 €	0 €	0 €	-3 762 €	-9,5%	
Rua Direita I Requalificação da Rua das Doze Casas e Rua de Gil Vicente (parcial) II	21-05-2025	775 739 €	0 €	0 €	0 €	38 881 €	-8 224 €	4,0%	
Rua Eng. Luís Delgado Santos e Rua Eng. Ferreira Dias I Beneficiação - Empreitada	30-05-2025	564 793 €	0 €	0 €	0 €	103 820 €	-32 100 €	12,7%	Necessidade de escavação adicional e substituição da fundação da faixa de rodagem devido à presença de rachão, material inadequado face às exigências do projeto, bem como a reconstrução da estrutura dos passeios, uma vez que os solos existentes apresentavam baixa capacidade de carga e não permitiam a execução da betonilha conforme previsto.
Beneficiação do pavimento da Rua de Belém	11-06-2025	113 728 €	0 €	0 €	0 €	0 €	-1 944 €	-1,7%	
Requalificação da EB Agra do Amial Grelha de ventilação	30-06-2025	565 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0,0%	
Parque Desportivo de Ramalde - Ramal de Eletricidade	30-06-2025	9 935 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0,0%	
TOTAL		7 633 815 €	0 €	0 €	2 748 €	571 764 €	-354 036 €	2,9%	

REGULARIDADE DO PROCESSO ADMINISTRATIVO
PRÉ-CONTRATUAL

Com base neste indicador de eficiência, a GO Porto compromete-se a apurar a taxa média de anulação jurisdicional de decisões de adjudicação em procedimentos de contratação pública, face ao total dos procedimentos contratuais promovidos.

Consignado no ponto II, alínea b), n.º 1 da cláusula n.º 17 do contrato programa, o modelo de avaliação deste indicador apresenta a expressão seguinte:

Indicador de Eficiência	Descrição
Prestação Ineficiente	Obter uma taxa média de anulação jurisdicional de decisões de adjudicação em procedimentos de contratação pública superior a 5% do total dos procedimentos contratuais promovidos.
Prestação Eficiente	Garantir uma taxa média de anulação jurisdicional de decisões de adjudicação em procedimento de contratação pública igual ou inferior a 5% e superior a 2% do total dos procedimentos contratuais promovidos.
Prestação Muito Eficiente	Garantir uma taxa média de anulação jurisdicional de decisões de adjudicação em procedimento de contratação pública igual ou inferior a 2% do total dos procedimentos contratuais promovidos.

Neste semestre de 2025, não se registou qualquer anulação de adjudicação por decisão jurisdicional.

No final do semestre em análise, a distribuição por tipo de procedimento contratual e por tipo de contrato dos procedimentos contratuais adjudicados pela GO Porto e relativos a obra e serviços conexos, resume-se da forma seguinte:

Tipos de procedimentos contratuais	N.º procedimentos contratuais adjudicados
Ajuste Direto Simplificado	24
Ajuste Direto	17
Ajuste Direto Critério Material	2
Consulta Prévia	13
Concurso Público Nacional	11
Concurso Público Internacional	1
Acordos quadro	40
Prestações não sujeitas à concorrência de mercado (EDP, Gás, Água, entidades licenciadores, INCM)	48
TOTAL	156

Tipos de contratos	N.º procedimentos contratuais adjudicados
Empreitadas	32
Fiscalizações	36
Projetos	12
Estudos e consultorias	7
Revisões de projetos	4
Fornecimentos e Serviços	65
TOTAL	156



O Cumprimento da Estrutura de Gastos e Rendimentos

1 – SÍNTESE GERAL

Conforme demonstrado no quadro abaixo, a GO Porto perfaz no final do 1.º semestre um total de gastos operacionais, de exploração e administrativos, no valor de €16.282.406,13, o que representa uma execução de 34,98% da dotação orçamental total para o exercício corrente:

COMPOSIÇÃO DOS ENCARGOS	Valor Orçamentado para 2025	Valor Executado no 1º Semestre de 2025	% de Execução
Gastos Operacionais			
Contrato de Mandato			
Fornecimentos e Serviços Externos	39 974 680,47	13 734 486,41	34,36%
Gastos Contrato de Mandato	39 974 680,47	13 734 486,41	34,36%
Contrato com Outras Entidades			
Fornecimentos e Serviços Externos	242 000,00	98 251,46	40,60%
Gastos Contrato com Outras Entidades	242 000,00	98 251,46	40,60%
Contrato de Exploração			
Custos das Mercadorias Vendidas e das Matérias Consumidas	11 811,02	2 625,65	22,23%
Gastos com o Pessoal	348 989,52	136 147,16	39,01%
Fornecimentos e Serviços Externos dos Equipamentos Explorados	2 144 363,22	767 404,94	35,79%
Fornecimentos e Serviços Externos de Estrutura DGE	7 626,42	3 886,13	50,96%
Imparidades de Inventários	5 350,28	0,00	0,00%
Imparidades de Dívidas a Receber	0,00	23 396,00	n.a.
Gastos de Depreciação e de Amortizações	0,00	13,26	n.a.
Outros Gastos	4 830,00	4 430,47	91,73%
Gastos Contrato Exploração	2 522 970,46	937 903,61	37,17%
Estrutura			
Gastos com o Pessoal	2 727 782,41	1 191 542,28	43,68%
Fornecimentos e Serviços Externos	902 714,12	280 430,41	31,07%
Imparidades de Dívidas a Receber	43 446,90	0,00	0,00%
Gastos de Depreciação e de Amortizações	112 366,41	35 516,21	31,61%
Outros Gastos	740,00	39,77	5,37%
Juros e Gastos similares suportados	50,00	9,23	18,46%
Gastos da Estrutura	3 787 099,84	1 507 537,90	39,81%
Imposto sobre Rendimento do Período	15 738,52	4 226,75	26,86%
TOTAL	46 542 489,29	16 282 406,13	34,98%

FSE	1º SEMESTRE 2025	1º SEMESTRE 2024
GASTOS DIRETOS DA OBRA		
FSE Obras - refaturados à CMP	13 734 486,41	11 425 531,64
FSE Obras - refaturados à outras entidades	61 430,00	55 425,42
FSE- Gastos c/origem noutras entidades	36 821,46	93 959,30
Sub-total gastos de Obra / diretos	13 832 737,87	11 574 916,36
GASTOS DIRECTOS DA ÁREA EXPLORAÇÃO		
Outros subcontratos ou concessões	671 432,86	623 291,59
Trabalhos especializados	5 266,00	14 004,00
Publicidade e propaganda	231 39,59	46 360,17
Honorários	4 800,00	0,00
Comissões - De serviços financeiros	1 388,87	1 267,05
Conservação e Reparação	4 749,20	2 600,21
Outros materiais diversos de consumo	0,00	179,75
Electricidade	39 000,00	33 361,09
Água	17 628,42	20 272,87
Sub-total gastos Da Área de Exploração / directos	767 404,94	741 336,73
GASTOS INDIRECTOS DA ÁREA EXPLORAÇÃO		
Conservação e Reparação	100,00	97,78
Electricidade	66,12	46,68
Combustíveis	658,66	311,30
Deslocações e Estadas	0,00	1 390,00
Rendas e Alugueres	2 896,77	2 910,06
Seguros	164,58	164,58
Sub-total gastos Da Área de Exploração / indirectos	3 886,13	4 920,40
GASTOS ESTRUTURA / INDIRECTOS		
Outros subcontratos ou concessões	14 372,18	9 202,88
Trabalhos especializados	69 235,62	104 252,11
Publicidade	4 555,00	4 269,99
Vigilância e Segurança	12 985,68	16 052,86
Honorários	4 750,00	5 410,00
Comissões - De serviços financeiros	244,26	291,70
Conservação e Reparação	36 952,65	35 994,67
Pecas, ferramentas e utensílios de desgaste rápido	0,00	253,79
Livros e documentação Técnica	294,31	445,27
Material de escritório	730,60	2 391,46
Artigos para oferta e de publicidade e divulgação	90,00	0,00
Medicamentos e artigos para a saúde	0,00	9,98
Outros materiais diversos de consumo	0,00	94,25
Electricidade	7 811,45	11 252,69
Combustíveis	3 110,24	2 984,92
Água	5 407,54	829,28
Deslocações e Estadas	92,40	763,95
Rendas e Alugueres	83 322,26	84 307,34
Comunicação	2 400,91	4 767,15
Seguros	20 271,23	18 953,64
Contencioso e Notariado	708,00	25,00
Limpeza, higiene e conforto	13 096,08	12 414,77
Sub-total custos de estrutura / indirectos	280 430,41	314 967,70
TOTAL	14 884 459,35	12 636 141,19

Atingido, no final do 1.º semestre em análise, um valor total de execução de Vendas, Prestações de Serviços e Outros Rendimentos, de €16.286.596,46, a GO Porto fixa uma taxa de realização orçamental de 34,99%, similar à taxa de execução dos gastos totais (34,98%), anteriormente referida, facto justificado pela correlação positiva elevada, entre os FSE de Obra (CGE) e a rubrica específica de proveito “Prestação Serviços contrato de mandato – CGE”:

VENDAS, PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS E OUTROS RENDIMENTOS	Valor Orçamentado para 2025	Valor Executado no 1º Semestre de 2025	% de Execução
Prestação Serviços contrato de mandato – CGE	39 974 680,47	13 721 060,68	34,32%
Prestação Serviços contrato outras entidades	242 000,00	111 677,19	46,15%
Vendas contrato de exploração	15 000,00	3 794,80	25,30%
Prestação Serviços contrato de exploração	1 388 107,97	648 442,30	46,71%
Subsídio à Estrutura	4 825 000,00	1 751 499,51	36,30%
Contrato de Mandato	3 787 099,84	1 507 537,90	39,81%
Contrato de Exploração	1 037 900,16	243 961,61	23,51%
Outros Rendimentos e Ganhos	89 476,02	44 167,19	49,36%
Estrutura	1616,87	2 142,63	132,52%
Contrato de Exploração	87 859,15	42 024,56	47,83%
Juros e Ganhos Similares	15 130,00	5 954,79	39,36%
Total	46 549 394,46	16 286 596,46	34,99%

n.a. - não aplicável

2 - A GESTÃO DE RISCO

Nos termos da alínea h), do número 5, do artigo 66º do Código das Sociedades Comerciais, apresentam-se a seguir os níveis de exposição da GO Porto a determinadas categorias de risco:

2.1. Risco de Crédito: A GO Porto tem como acionista maioritário (100%) a Câmara Municipal do Porto (CMP), que, além de acionista único, é o principal cliente da empresa, com uma predominância, absoluta e relativa, sobre a atividade executada pela organização, sempre acima dos 95% e, periodicamente, demonstrada em sede deste relatório, no seu capítulo “I – Atividades Mais Relevantes Desenvolvidas Pela Empresa”. Neste sentido, e nos termos da Matriz de Riscos e Oportunidades decorrente do Sistema de Gestão Integrado, o risco de incumprimento de recebimento de dívidas de terceiros é, anualmente, assumido como baixo, porém, estritamente dependente do seu acionista. Em paralelo, e tendo por referência a cobrança de dívidas de clientes, adstritos à atividade comercial desenvolvida do Mercado do Bolhão, a GO Porto procede nos termos de um procedimento de Tesouraria (PG.22.06) e de uma instrução de trabalho (IT.22.06.01), segundo as boas práticas de uma gestão de cobranças, tendo em vista a mitigação a probabilidade de um cliente faltar com a liquidação de qualquer tipo de dívida.

2.2. Risco de Taxa de Juro: A empresa não tem financiamentos obtidos. Risco inexistente.

2.3. Risco de liquidez: Conforme resultados exibidos em painéis de bordo de apresentação periódica ao acionista CMP, e demais representantes legais do Município do

Porto, em sede dos Conselhos Municipais de Finanças, este risco encontra-se afastado na medida dos níveis atingidos pelo índice de liquidez imediata, normalmente, acima dos 50%, performance considerada confortável para qualquer risco que venha a ocorrer.

2.4. Risco de taxa de câmbio: Não existem transações em moeda diferente do Euro. Risco inexistente.

2.5. Risco de Dissolução das Empresas Locais: A GO Porto prossegue com resultados operacionais e líquidos positivos, respondendo satisfatoriamente aos quesitos do Artigo 62.º da Lei 50/2012, de 31 de agosto, de determinação de dissolução das empresas locais.

2.6. - Risco inerente à capacidade financeira das empresas contratadas: Durante a execução dos diversos contratos formalizados, em especial de empreitada, pode verificar-se o agravamento da capacidade financeira das entidades adjudicatárias, cocontratantes da GO Porto, situação que, como é natural condiciona a concretização dos objetos contratuais. Os objetivos da Empresa são colocados em risco na medida em que a sua boa execução depende da manutenção da estabilidade financeira dessas entidades, de forma a assegurar a realização dos contratos em causa nos prazos e nas condições previstas, circunstância que se afigura crítica para dar seguimento ao mandato conferido pelo Município;

2.7. Risco na Informação e Proteção de Dados: Ao nível da informação, proteção e resiliência de dados, são utilizados servidores virtuais no Datacenter da empresa municipal Associação Porto Digital (APD), para realização de cópias de segurança bi-diárias em servidor dessa empresa, com rotina de duplicação/redundância para

servidores StoreOnce (com proteção Ransomware e imutabilidade) e Disaster & Recovery, ambos propriedade da GO Porto, com rotação de tapes semanais, sendo estas armazenadas num cofre-forte nas instalações da empresa. Uma Appliance em Cluster (Firewall) é responsável pela proteção do perímetro da rede de dados, com regras definidas para acesso controlado. Já os computadores e dispositivos semelhantes estão protegidos por software adequado (EDR – Endpoints Detection & Response), dotado de heurísticas de comportamento para abranger “malware” ainda desconhecidos. Em 2024, a GO Porto implementou um sistema SIEM (Security Information and Event Management), assente num serviço externo SOC (Security Operations Centre), capaz de monitorizar 24x7 os eventos internos, garantindo dessa forma uma visibilidade constante da rede e mitigar possíveis ataques informáticos. Está prevista, num futuro próximo, a implementação, por parte do

Município do Porto, em conjunto com as demais empresas municipais, de um serviço externalizado do tipo SOC, que, no caso da GO Porto, virá substituir a atual prestação de serviço. O acesso ao Datacenter é condicionado ao nível físico. Ao nível da proteção de dados e do cumprimento compliance com a NIS2 (diretiva da UE que estabelece uma legislação harmonizada sobre cibersegurança para toda a UE), encontra-se em implementação a revisão/reformulação das normas e procedimentos internos ao nível do Regime Geral de Proteção de Dados e de CyberSecurity.

↓ Legenda **Rua Direita I Requalificação da Rua e Tv. de São João**



O Cumprimento do Plano de Investimentos

Conforme demonstrado no quadro seguinte, e no que ao que ao Plano de Investimentos diz respeito, a GO Porto encerra o 1.º semestre de 2025 com um valor realizado de €1.672,62, referente à aquisição de equipamentos administrativos: uma impressora Plotter HP Design Jet para uso geral; e uma cadeira ergonómica para a área de Sistemas de Informação.

Por fim, relembra-se que, decorrente da Agenda do Trabalho Digno, aprovada pela Lei n.º 13/2023, de 3 de abril, e das alterações legislativas providas do DL 115/2023, de 15 de dezembro – que veio cessar a obrigação dos empregadores de efetuar entregas para este fundo a partir de 1 de maio de 2023 -, a GO Porto prossegue, desde então, sem registo de qualquer valor de reforço na rubrica de FCT (Fundo de Compensação de Trabalho):

INVESTIMENTO	PREVISÃO 2025	REALIZADO 2025	TRANSF. E ABATES 2025	DESVIO
Investimentos	11 954,62	0,00	0,00	-11 954,62
Fundo de compensação de trabalho	11 954,62	0,00	0,00	-11 954,62
Ativos Fixos Tangíveis	52 500,00	1 672,80	0,00	-50 827,20
Edifícios e outras construções	0,00	0,00	0,00	0,00
Equipamento de transporte	0,00	0,00	0,00	0,00
Hardware	0,00	0,00	0,00	0,00
Equipamento Administrativo	50 000,00	1 672,80	0,00	-48 327,20
Outros Ativos Fixos Tangíveis	2 500,00	0,00	0,00	-2 500,00
Ativos Intangíveis	112 700,00	0,00	0,00	-10 000,00
Programas de computadores	10 000,00	0,00	0,00	-10 000,00
Programas de computadores - Em curso	102 700,00	0,00	0,00	
Total	177 154,62	1 672,80	0,00	-72 781,82

O Cumprimento do Plano de Recursos Humanos

1 – MOVIMENTOS NO QUADRO DE PESSOAL

No final do período em análise, e conforme quadro seguinte, a GO Porto apresenta um total de 3 entradas, duas das quais, para efeito de substituição de duas saídas assinaladas este ano e, uma terceira, com vista à substituição de um trabalhador reformado no último trimestre de 2024, o que representa um saldo efetivo de mais um trabalhador no quadro de pessoal:

Áreas	Função	Entradas	Saídas	Saldo
Administração	Secret. Conselho de Administração			
	Assessoria Téc. da Administração	1	1	
Gabinete do Espaço Público (GEP)	Coordenação			
	Gestão de Empreendimentos			
Direção Jurídica	Direção			
	Jurista			
Gabinete Comunicação e Promoção	Coordenação			
	Técnico/a Superior			
Produção	Direção			
	Assistente de Direção			
	Gestão de Empreendimentos	1	1	
	Fiscal			
Gestão e Exploração	Direção			
	Resp. Manutenção & Operações			
	Técnico/a Superior			
	Assist. Adm. do Mercado			
	Gestão Mercado			
Administrativa e Financeira	Técnico/a Superior			
	Direção			
	Financeiro			
	Técnico/a Superior			
	Melhoria e Sustentabilidade			
	Responsável			
	Técnico/a superior			
	Gestão de Pessoas			
Centro documental	Responsável			
	Técnico/a Superior			
	Sistemas de Informação			
	Técnico/a Superior			
Centro documental	Técnico/a Especializado/a			
	Técnico/a	1		1
Total		3	2	1

Detalham-se, seguidamente, os movimentos ocorridos:

- Na área da Administração (Assessoria Técnica), e decorrente de um trabalhador reformado no início do ano, procedeu-se à substituição do mesmo, por um gestor de empreendimentos, oriundo da área Produção;
- Na área Produção, admissão de um novo gestor de empreendimentos, para substituição do gestor que foi assumir a função de Assessoria Técnica da Administração;
- A entrada assinalada na área Administrativa e Financeira (Centro Documental), reporte-se à admissão de um trabalhador para a substituição de um outro, reformado no último trimestre de 2024.

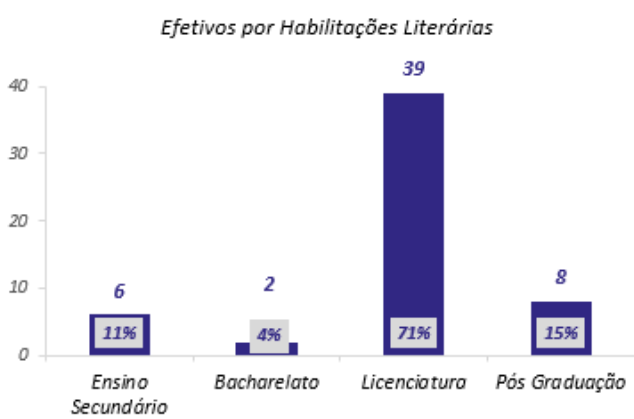
2 - QUADRO DE PESSOAL

Face aos movimentos ocorridos no quadro de pessoal até 30 de junho de 2025, e para além de 2 administradores executivos e 1 administrador não executivo (na função de Presidente do Conselho de Administração), o quadro de pessoal da GO Porto apresenta, num total de 55 trabalhadores/as, a composição seguinte:

Áreas	Função	Nº de Efetivos
Administração	Secret. do Conselho de Administração	1
	Assessoria Técnica da Administração	1
Gabinete do Espaço Público (GEP)	Coordenador	1
	Gestão de Empreendimentos	1
Direção Jurídica	Direção	1
	Jurista	4
Gabinete Comunicação e Promoção	Coordenação	1
	Técnico/a Superior	5
Produção	Direção	1
	Assistente de Direção	1
	Gestão de Empreendimentos	16
	Fiscal	1
Gestão e Exploração	Direção	1
	Resp. Manutenção & Operações	1
	Técnico/a Superior	1
	Assist. Adm. do Mercado Bolhão	1
	Gestão Mercado	1
	Técnico/a Superior	1
Administrativa e Financeira	Direção	1
	Financeiro	3
	Melhoria e Sustentabilidade	1
	Técnico/a superior	2
	Gestão de Pessoas	1
	Técnico/a Superior	1
	Responsável	1
	Sistemas de Informação	1
Centro documental	Técnico/a Especializado/a	1
	Técnico/a	3
Total		55

3 – HABILITAÇÕES LITERÁRIAS

Conforme se observa no gráfico seguinte, e maioritariamente (86%) constituído por técnicos com formação académica superior (licenciatura ou pós-graduação), no quadro de colaboradores da GO Porto destaca-se o grupo dos licenciados (39 colaboradores), com um peso no total dos efetivos, de 71%:



4 – VÍNCULOS LABORAIS

Em 30 de junho de 2025, a distribuição do número de efetivos da empresa por tipo de vínculo laboral é a seguinte:

Vínculo Laboral	Nº de Efetivos
Colaboradores com contrato de trabalho sem termo	48
Colaboradores com contrato de trabalho a termo certo	1
Colaboradores com contrato de trabalho a termo incerto	2
Colaboradores cedência interesse público	4

5 – TAXA DE ABSENTISMO

No final de junho de 2025, a GO Porto apresenta uma taxa geral de absentismo de 8,9%, com destaque, entre os motivos, para as rubricas de licença parental e trabalhador-estudante, com absentismos de 2,84% e 4,27%, respetivamente.

À semelhança de anos anteriores, o apuramento do presente indicador contempla qualquer tipo de falta (justificada ou injustificada), contudo, excluindo os dias de ausência por motivo de gozo de férias.

6 – FORMAÇÃO PROFISSIONAL

No âmbito dos procedimentos de Formação Profissional executados durante os primeiros seis meses de 2025, e contemplando a totalidade dos/as trabalhadores/as da GO Porto, a empresa assinala um total de 23 ações de

formação, num total de 1.028,00 hora, conforme se observa no quadro seguinte:

Áreas de Formação	Nº de Ações	Duração [em horas]
Construção civil e engenharia civil	2	64,00
Contabilidade e Fiscalidade	5	64,00
Desconhecido ou não especificado	1	135,00
Desenvolvimento Pessoal	1	52,00
Direito	3	86,00
Enquadramento na Organização	4	125,50
Gestão e Administração	1	192,00
Informática na óptica do utilizador	3	220,50
Programas de Base	1	5,00
Segurança e Higiene no Trabalho	2	84,00
Total	23	1028,00

A Situação Económico-Financeira

1 – Indicadores de Gestão

Quadro A – Principais números do período

PRINCIPAIS NÚMEROS DO ANO	1º SEMESTRE 2025	Variação 2024/25	1º SEMESTRE 2024
CAPITAL REALIZADO	500 000,00	0,0%	500 000,00
PATRIMÓNIO LÍQUIDO	1 365 184,28	0,4%	1 359 104,56
ATIVO TOTAL	12 174 604,59	8,0%	11 276 666,29
ATIVO NÃO CORRENTE			
Ativos fixos tangíveis	127 775,33	5,5%	121 073,77
Ativos intangíveis	73 869,13	116,5%	34 114,09
Outros ativos financeiros	5 724 224,91	17,8%	4 860 837,87
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	4 190,33	3,4%	4 054,03
GASTOS DE ESTRUTURA			
Fornecimentos e serviços externos (Estrutura)	280 430,41	-11,0%	314 967,70
Gastos com o Pessoal	1 191 542,28	9,2%	1 090 690,59
Gastos de depreciações e de amortizações	35 516,21	10,9%	32 033,78
Outros gastos e perdas	39,77	-90,4%	415,56
GASTOS DO CONTRATO DA ÁREA DE EXPLORAÇÃO			
Custos das Mercadorias Vendidas e das Matérias Consumidas	2 625,65	57,4%	1 667,78
Fornecimentos e serviços externos (Exploração)	771 291,07	3,4%	746 257,13
Gastos com o Pessoal	136 147,16	0,9%	134 919,65
Gastos de depreciações e de amortizações	13,26	0,0%	13,26
Outros gastos e perdas	4 430,47	-7,7%	4 798,20
Juros e Gastos similares suportados	0,00	-100,0%	234,52
AUTONOMIA FINANCEIRA	11,2%	-7,0%	12,1%
RESULTADO OPERACIONAL / CAPITAL REALIZADO	0,5%	-71,4%	1,7%
COBERTURA DO ATIVO NÃO CORRENTE POR CAPITAIS PERMANENTES	117,1%	-3,2%	121,0%
NÚMERO DE TRABALHADORES (não inclui a administração)	55	3,8%	53

Considerando que:

- De acordo com o Contrato Programa assinado com a Câmara Municipal do Porto os gastos operacionais da empresa são, em parte, subsidiados por esta;
- Sempre que aplicável, a empresa executa prestações de serviços para outros clientes, cujos gastos de estrutura imputáveis importa deduzir ao débito a efetuar à Câmara Municipal do Porto, com exceção das outras entidades municipais cuja comissão de gestão debitada pela GO Porto, é por aquelas refaturada à Câmara Municipal do Porto.

Assim:

1. O cálculo dos gastos de estrutura imputáveis a outros clientes, que não Câmara Municipal do Porto, devem computar-se com base no peso relativo das prestações de serviços efetuadas a essas entidades, no total das prestações de serviços da empresa, com a exceção acima referida;
2. Para efeitos de determinação do valor efetivo do subsídio, são contemplados todos os gastos e rendimentos, independentemente, da sua natureza.

2 – Demonstrações Financeiras

Quadro B – Balanço

RUBRICAS	NOTAS	1º SEMESTRE 2025	1º SEMESTRE 2024
ATIVO			
Ativo não corrente		5 925 869,37	5 016 025,73
Ativos fixos tangíveis:	3.5	127 775,33	121 073,77
Ativos intangíveis:	3.4	73 869,13	34 114,09
Outros ativos financeiros:	3.3 e 3.12.4	5 724 224,91	4 860 837,87
Ativo corrente		6 248 735,22	6 260 640,56
Inventários	3.7 e 3.8	34 316,24	18 439,14
Clientes, contribuintes e utentes	3.12.1	792 950,42	2 962 845,23
Estado e Outros Entes Públicos	3.12.2	28 833,02	21 558,47
Outras contas a receber	3.7 e 3.12.4	2 279 425,47	1 076 927,17
Diferimentos	3.15.1	81 752,88	66 091,77
Caixa e depósitos:	3.3	3 031 457,19	2 114 778,78
Total do Ativo		12 174 604,59	11 276 666,29
PATRIMÓNIO LÍQUIDO E PASSIVO			
Património Líquido			
Património / Capital	3.12.5	500 000,00	500 000,00
Reservas	3.12.5	860 993,95	855 050,53
Resultado Líquido do Período		4 190,33	4 054,03
Total do Património Líquido		1 365 184,28	1 359 104,56
Passivo			
Passivo não corrente		5 576 410,25	4 712 601,41
Outras contas a pagar	3.12.4	5 576 410,25	4 712 601,41
Passivo corrente		5 233 010,06	5 204 960,32
Credores por transferências e subsídios concedidos	3.10 e 3.12.6	888 521,81	489 913,65
Fornecedores	3.12.1	1 708 159,58	2 922 215,61
Estado e Outros Entes Públicos	3.12.2	173 681,68	159 269,37
Outras contas a pagar	3.12.4	2 380 503,95	1 551 918,62
Diferimentos	3.15.1	82 143,04	81 643,07
Total do Passivo		10 809 420,31	9 917 561,73
Total do Património Líquido e do Passivo		12 174 604,59	11 276 666,29

Quadro C - Demonstração dos resultados por natureza

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	1º SEMESTRE 2025	1º SEMESTRE 2024
Vendas	3.9.1	3 794,80	2 073,45
Prestações de serviços	3.9.1	14 481 180,17	12 233 618,03
Transferências correntes e subsídios à exploração obtidos	3.10	1 751 499,51	1 641 400,86
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	3.8	-2 625,65	-1 667,78
Fornecimentos e Serviços Externos	3.15.2	-14 884 459,35	-12 636 141,19
Gastos com o Pessoal	3.13	-1 327 689,44	-1 225 610,24
Imparidade de Inventários	3.7	0,00	0,00
Imparidade de dívidas a receber	3.7	-23 396,00	0,00
Outros rendimentos e ganhos	3.9.1	44 167,19	32 233,60
Outros gastos e perdas		-4 470,24	-5 213,76
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento		38 000,99	40 692,97
Gastos / reversões de depreciação e de amortização	3.4 e 3.5	-35 529,47	-32 047,04
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento)		2 471,52	8 645,93
Juros e Rendimentos similares obtidos	3.9.2	5 954,79	0,00
Juros e Gastos similares suportados		-9,23	-234,52
Resultados antes de impostos		8 417,08	8 411,41
Impostos/Rendimento do Período	3.12.3	-4 226,75	-4 357,38
Resultado líquido do período		4 190,33	4 054,03

Quadro D - Demonstração das alterações no património líquido

DESCRIÇÃO	Capital / Património Realizado	Reservas legais	Outras Reservas	Resultado líquido do período	TOTAL	Total do Património líquido
Posição em 31 de Dezembro de 2023	500 000,00	93 559,88	728 206,54	33 284,11	1 355 050,53	1 355 050,53
ALTERAÇÕES NO PERÍODO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO				4 054,03	4 054,03	4 054,03
RESULTADO INTEGRAL				4 054,03	4 054,03	4 054,03
OPERAÇÕES COM DETENTORES DE CAPITAL NO PERÍODO						
Outras operações	0,00	1 664,21	31 619,90	-33 284,11	0,00	0,00
	0,00	1 664,21	31 619,90	-33 284,11	0,00	0,00
Posição no fim de 30 de Junho de 2024	500 000,00	95 224,09	759 826,44	4 054,03	1 359 104,56	1 359 104,56

DESCRIÇÃO	Capital / Património Realizado	Reservas legais	Outras Reservas	Resultado líquido do período	TOTAL	Total do Património líquido
Posição em 31 de Dezembro de 2024	500 000,00	95 224,09	759 826,45	5 943,42	1 360 993,95	1 360 993,95
ALTERAÇÕES NO PERÍODO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO				4 190,33	4 190,33	4 190,33
RESULTADO INTEGRAL				4 190,33	4 190,33	4 190,33
OPERAÇÕES COM DETENTORES DE CAPITAL NO PERÍODO						
Outras operações	0,00	297,17	5 646,25	-5 943,42	0,00	0,00
	0,00	297,17	5 646,25	-5 943,42	0,00	0,00
Posição no fim de 30 de Junho de 2025	500 000,00	95 521,26	765 472,70	4 190,33	1 365 184,28	1 365 184,28

Quadro E - Demonstração dos fluxos de caixa

RUBRICAS	NOTAS	1º SEMESTRE 2025	1º SEMESTRE 2024
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS - MÉTODO DIRECTO			
Recebimentos de Clientes		14 509 741,86	11 186 989,92
Pagamentos a Fornecedores		-11 729 368,29	-9 420 350,75
Pagamentos ao Pessoal		-1 265 619,95	-1 129 620,77
Caixa gerada pelas operações		1 514 753,62	637 018,40
Outros Recebimentos/Pagamentos (Estado, Banca e Outros)		-871 950,19	-306 741,24
Fluxos de caixa das atividades operacionais (a)		642 803,43	330 277,16
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO			
PAGAMENTOS RESPEITANTES A:			
Ativos Fixos Tangíveis		-2 004,66	-105 186,67
Ativos Intangíveis		-72 121,05	-5 473,50
		-74 125,71	-110 660,17
RECEBIMENTOS PROVENIENTES DE:			
Juros e Rendimentos Similares		8 400,00	0,00
		8 400,00	0,00
Fluxos de caixa das atividades de investimento (b)		-65 725,71	-110 660,17
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO			
RECEBIMENTOS PROVENIENTES DE:			
		0,00	0,00
PAGAMENTOS RESPEITANTES A:			
		0,00	0,00
Fluxos de caixa das atividades de financiamento (c)		0,00	0,00
Variação de caixa e seus equivalentes (a+b+c)		577 077,72	219 616,99
Caixa e seus equivalentes no início do período	3	8 030 789,72	6 607 763,20
Caixa e seus equivalentes no fim do período	3	8 607 867,44	6 827 380,19
Caixa e seus equivalentes no início do período			
Equivalentes a caixa no início do período		8 030 789,72	6 607 763,20
Parte do saldo de gerência que não constitui equivalentes de caixa		-750 000,00	0,00
- Variações cambiais de caixa no início do período		0,00	0,00
- Saldo da gerência anterior		7 280 789,72	6 607 763,20
De execução orçamental		1 971 461,57	1 948 973,81
De operações de tesouraria		5 309 328,15	4 658 789,39
Caixa e seus equivalentes no fim do período			
Equivalentes a caixa no fim do período		8 607 867,44	6 827 380,19
- Equivalentes a Caixa no fim do período		0,00	0,00
+ Parte do saldo de gerência que não constitui Equivalentes de caixa		0,00	0,00
- Variações cambiais de caixa no fim do período		0,00	0,00
- Saldo para a gerência seguinte		8 607 867,44	6 827 380,19
De execução orçamental		3 031 457,19	2 114 778,78
De operações de tesouraria		5 576 410,25	4 712 601,41

Quadro F - Indicadores da estrutura de gastos e rendimentos

DESCRIÇÃO	1º SEMESTRE 2025		1º SEMESTRE 2024	
	%	Valor	%	Valor
REPARTIÇÃO DOS RENDIMENTOS TOTAIS	100%	16 286 596,46	100%	13 909 325,94
Vendas e Serviços prestados	89%	14 484 974,97	88%	12 235 691,48
Exploração	4%	652 237,10	5%	660 775,12
MTB	4%	652 237,10	5%	660 775,12
Empreendimentos	85%	13 832 737,87	83%	11 574 916,36
Construção				
CMP	84%	13 721 060,68	82%	11 462 108,86
Outras entidades	0%	74 855,73	0%	18 848,20
Multas contratuais, accionamento de garantias e diversos aplicadas a fornecedores	0%	36 821,46	1%	93 959,30
Outros Rendimentos	0%	44 167,19	0%	32 233,60
MB	0%	42 024,56	0%	28 988,01
Outros Ganhos	0%	2 000,15	0%	2 153,07
Correcções ao exercício anterior	0%	142,48	0%	1 092,52
Subsidio	11%	1 751 499,51	12%	1 641 400,86
Reversões de imparidade de inventários	0%	0,00	0%	0,00
Juros, dividendos e outros rendimentos obtidos	0%	5 954,79	0%	0,00
REPARTIÇÃO DOS GASTOS TOTAIS	100%	16 278 179,38	100%	13 900 914,53
Gastos operacionais	100%	16 278 170,15	100%	13 900 680,01
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas - Exploração	0%	2 625,65	0%	1 667,78
Fornecimentos e serviços externos - Exploração	5%	771 291,07	5%	746 257,13
Fornecimentos e serviços externos - Obra	85%	13 832 737,87	83%	11 574 916,36
Fornecimentos e serviços externos - Estrutura	2%	280 430,41	2%	314 967,70
Custos com o Pessoal - Exploração	1%	136 147,16	1%	134 919,65
Custos com o Pessoal - Estrutura	7%	1 191 542,28	8%	1 090 690,59
Imparidade de dívida a receber	0%	23 396,00	0%	0,00
Gastos de depreciações e amortizações - Exploração	0%	13,26	0%	13,26
Gastos de depreciações e amortizações - Estrutura	0%	35 516,21	0%	32 033,78
Outros gastos - Exploração	0%	4 430,47	0%	4 798,20
Outros gastos - Estrutura	0%	39,77	0%	415,56
Juros e gastos similares suportados - Exploração	0%	0,00	0%	234,52
Juros e gastos similares suportados - Estrutura	0%	9,23	0%	0,00

3 – Anexo às Demonstrações Financeiras

3.1 – Identificação da Entidade, Período de Relato e Referencial Contabilístico

3.1.1 – Identificação da Entidade

Há 25 anos ao serviço da cidade do Porto, e enquanto primeira empresa municipal a ser criada pelo Município do Porto, a identidade da GO Porto pode, cronologicamente, ser resumida da forma seguinte:

19-07-2000: Com sede na Rua Monte dos Burgos n.º 12 Porto, foi constituída a Gestão de Obras Públicas da Câmara Municipal do Porto, E.M., (GOP, EM). A empresa adotou a forma de empresa pública, nos termos da alínea a) do n.º 3 do artigo 1.º da Lei n.º 58/98, de 18 de agosto, dotada de personalidade jurídica e de autonomia administrativa, financeira e patrimonial, ficando sujeita à superintendência da Câmara Municipal do Porto (CMP), tendo como objeto social o exercício da atividade de gestão de Obras Públicas da CMP e para outras empresas participadas pelo Município;

28-08-2000: Averbamento na Certidão Permanente da constituição da empresa e designação dos Órgãos Sociais;

22-05-2009: Outorgada a escritura de Alteração dos Estatutos da Empresa que alterou a sua designação para Gestão de Obras Públicas da Câmara Municipal do Porto, E.E.M., por forma a dar cumprimento na Lei n.º 53-F/2006, de 29 de dezembro;

18-02-2013: Foram alterados os Estatutos da empresa que alterou a sua designação para Gestão de Obras Públicas da Câmara Municipal do Porto, E.M., de forma a cumprir com a Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto.

02-12-2016: Outorgado o contrato de Alteração dos Estatutos da Empresa que visou a ampliação do seu objeto social e alteração da sua designação para Gestão e Obras do Porto, E.M. (GO Porto, E.M.). Esta Empresa Municipal passou a incorporar a gestão integral dos empreendimentos do Município do Porto, tendo por base a elaboração e concretização de planos, projetos e obras que assegurem a promoção, construção, renovação, reabilitação, beneficiação e exploração do seu património não habitacional e das suas infraestruturas urbanísticas;

15-10-2021: Averbamento da mudança da Sede para o “Edifício S. Dinis”, sito na Travessa da Bica Velha, n.º 10, freguesia de Paranhos, Concelho do Porto. Esta alteração de morada já estava prevista, em 2017, aquando da mudança de instalações da Rua de Monte dos Burgos, n.º 12 (Porto) para as instalações provisórias, na Rua Eng.º Ferreira Dias, n.º 954 (Porto), logo que ficasse concluída a reabilitação do edifício suprarreferido, facto que veio a ocorrer em meados de 2021.

O capital social da GO Porto, EM, é composto por 100 mil ações nominativas de valor nominal de € 5 cada, detidas a 100% pelo Município do Porto, NIF 501 306 099, com sede nos Paços do Concelho, na Praça General Humberto Delgado, Porto.

3.1.2– Referencial Contabilístico das Demonstrações Financeiras

Nos termos do Decreto-Lei n.º 192/2015 de 11 de setembro, o Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP) é o referencial contabilístico adotado na GO Porto desde 1 de janeiro de 2020.

3.2 – Principais Políticas Contabilísticas, Alterações nas Estimativas Contabilísticas e Erros

- a) Os princípios contabilísticos definidos no Sistema de Normalização Contabilística da Administração Pública observados (SNC-AP) na preparação dos mapas financeiros foram o regime de acréscimo (periodização económica), a continuidade das operações da empresa, a compreensibilidade, a relevância, a materialidade, fiabilidade, representação fidedigna, da substância sobre a forma, neutralidade, a prudência, a plenitude e comparabilidade.
- b) Os ativos fixos tangíveis e ativos intangíveis são mensurados após o seu reconhecimento segundo o modelo de custo. Todas as aquisições e beneficiações que cumpram os critérios de reconhecimento são reconhecidas como ativos. As despesas normais com a reparação e manutenção são consideradas como gasto no período em que ocorrem.

As amortizações e depreciações referentes ao período em análise, foram calculadas em duodécimos, segundo o método das quotas constantes, tendo por referência as taxas médias infra indicadas - as quais, correspondem as taxas máximas legais, por

aplicação do princípio contabilístico da consistência e por simplificação de procedimentos – sobre os bens do ativo imobilizado ainda não totalmente depreciados e, para os quais, se tenha adotado o Decreto-Regulamentar 25/2009, de 14 de setembro (e atualizações subsequentes), devendo manter-se assim até ao final da vida útil desses bens, conforme Notas de enquadramento do plano de contas multidimensional do SNC-AP (Portaria n.º 189/2016, de 14 de julho), da Comissão de Normalização Contabilística. Para os bens adquiridos a partir de 1 de janeiro de 2020, e com a entrada em vigor do SNC-AP, aplicar-se-á o Classificador complementar – Cadastro e vidas úteis dos ativos fixos tangíveis, intangíveis e propriedades de investimento publicado no decreto-lei 192/2015 de 11 de setembro, implícitas nas taxas do Diploma:

Ativo Intangível

Programas de computadores: 33,33%

Ativo Fixo Tangível

Ferramentas e Utensílios: 12,50% – 25,00%

Equipamento Administrativo: 10,00% – 33,33%

Outros Ativos Fixos Tangíveis: 12,50% – 33,33%

Os elementos do ativo sujeitos a deperecimento, cujos custos unitários de aquisição ou de produção não ultrapassaram os € 1.000,00, foram totalmente depreciados ou amortizados no período de tributação em apreciação, em conformidade com o mesmo diploma.

- c) Os ativos tangíveis adquiridos mediante contratos de locação financeira, bem como as

correspondentes responsabilidades são contabilizadas pelo método financeiro. De acordo com este método o custo do ativo é registado no ativo fixo tangível, e a correspondente responsabilidade é registada no passivo. Os juros incluídos no valor das rendas e a depreciação do ativo, calculada conforme descrito na nota 3.2-b), são registados como gastos na demonstração dos resultados do exercício a que respeitam.

- d) Relativamente à locação operacional, os respetivos encargos são registados como gastos na demonstração dos resultados do exercício a que respeitam.
- e) A legislação portuguesa sobre o trabalho define que as férias relativas a qualquer ano de serviço sejam gozadas pelo trabalhador no ano seguinte. Por tal facto, procedeu-se ao cálculo dos gastos daí decorrentes inerentes ao período em análise. Como base de cálculo utilizou-se os salários base em vigor.

Os gastos relevados nas demonstrações financeiras incluem o gasto referente a funcionários em regime de cedência de interesse público que sujeita o trabalhador às ordens e instruções do órgão ou serviço ou da entidade onde vai prestar funções, sendo remunerado por estes com respeito pelas disposições normativas aplicáveis ao exercício daquelas funções, de acordo com a Lei nº 64-A/2008, de 31 de dezembro, que entrou em vigor em 1 de janeiro de 2009.

Nos termos da Lei nº 45-A/2024 de 31 de dezembro, (aprovação do Orçamento do Estado para

2025), foi revogada, por força da alínea d) do Artigo 334º, os artigos 11.º e 12.º da Lei nº 12-A/2010, de 30 de junho, que determinava, respetivamente, a redução do vencimento dos titulares de cargos públicos e a redução dos vencimentos dos gestores públicos e equiparados, produzindo efeitos a 1 de janeiro de 2025.

- f) Os inventários são valorizados ao custo de aquisição, adotando-se o custo médio como método de custeio das saídas. Periodicamente, procede-se à revisão dos artigos com potencial perda de valor e efetuam-se os ajustamentos devidos.
- g) A Lei nº 70/2013, de 30 de agosto, veio consagrar os regimes jurídicos do Fundo de Compensação do Trabalho (FCT), do Mecanismo Equivalente (ME) e do Fundo de Garantia de Compensação do Trabalho (FGCT), e entrou em vigor no dia 1 de outubro de 2013.

Contudo, e conforme atrás referido no Capítulo IV “O Cumprimento do Plano de Investimentos”, face às alterações incorridas, em 2023, no FCT, por força da Agenda do Trabalho Digno, aprovada pela Lei nº 13/2023, de 3 de abril, e das alterações legislativas providas do DL 115/2023, de 15 de dezembro -, cessou a obrigação dos empregadores de efetuarem, a partir de 01 de maio de 2023, entregas para este fundo.

- h) Na especialização do período, os gastos e os réditos foram reconhecidos quando incorridos ou obtidos, independentemente do seu pagamento ou recebimento.

-
- i) A GO Porto, de acordo com o CGE de 2023 - 2025 e com o CP 2024 - 2026, ambos documentos aprovados e firmados pelo executivo camarário, procede à refaturação à Câmara Municipal do Porto de todos os gastos diretamente imputáveis às obras, constantes em lista anexa àquele CGE, por igual valor ao suportado.
 - j) A GO Porto procedeu à especialização do subsídio imputável ao período em análise, tendo por base os centros de custo que agregam os gastos de estrutura da empresa, após dedução dos gastos imputáveis a Outras Entidades que não pertençam ao grupo CMP. O cômputo dos gastos indiretos relativos a Outras Entidades que não pertençam ao grupo CMP teve como critério de repartição o peso relativo dos serviços prestados.
 - k) Os instrumentos financeiros não têm implícitos juros e são registados pelo seu valor nominal. Adicionalmente, os outros créditos a receber encontram-se deduzidos de eventuais perdas por imparidade de forma a refletirem o seu valor realizável líquido.
 - l) A GO Porto analisa periodicamente a responsabilidade por eventuais obrigações que resultam de eventos passados, mas de montante ou ocorrência incerta. Os critérios de reconhecimento seguem a NCP 15.
 - m) Os eventos após a data das demonstrações financeiras que proporcionam informação adicional sobre as condições que existiam nessa data são refletidos nestas. Caso existam eventos após aquela data, que não sejam úteis para aferir das condições que existiam na data do balanço, são os mesmos, objeto de divulgação no anexo.
 - n) Principais pressupostos relativos ao futuro: As demonstrações financeiras foram preparadas numa perspetiva de continuidade, não tendo a entidade intenção, nem a necessidade, de liquidar ou reduzir drasticamente o nível das suas operações.
 - o) Principais fontes de incertezas das estimativas: As estimativas contabilísticas mais significativas refletidas nas demonstrações financeiras do período em análise, incluem, essencialmente, as vidas úteis dos ativos, a análise de imparidades e provisões. As estimativas foram baseadas no melhor conhecimento existente em cada momento e nas ações que se planeiam realizar, sendo periodicamente revistas com base na informação disponível. As alterações nos factos e circunstâncias podem conduzir à revisão das estimativas, pelo que, os resultados reais futuros poderão diferir daquelas estimativas. Não existem situações que afetem ou coloquem algum grau de incerteza materialmente relevante nas estimativas previstas nas demonstrações financeiras apresentadas.
 - p) Riscos financeiros: A identificação dos riscos financeiros encontra-se relatada no Ponto 2 – A Gestão de Riscos, do capítulo “III – O Cumprimento da Estrutura de Gastos e Rendimentos”.

3.3 – Fluxos de Caixa

Os saldos de caixa e seus equivalentes, reconciliando os montantes evidenciados na demonstração dos fluxos de caixa com as rubricas do balanço, totalizam no final do período em análise €8.607.867,44€, conforme mapa seguinte:

RUBRICAS	1º SEMESTRE 2025	1º SEMESTRE 2024
Caixa	728,85	1 116,47
Depósitos bancários imediatamente mobilizáveis	3 030 728,34	2 113 662,31
Subtotal →	3 031 457,19	2 114 778,78
Depósitos de Garantias e Cauções	5 576 410,25	4 712 601,41
	8 607 867,44	6 827 380,19

Entre os referidos saldos, destaque para o total acumulado de retenções de garantia e depósitos de caução líquido de restituições, de €5.576.410,25, que, conforme explicado a seguir, na nota 3.12.4 – Outras Contas a Receber/Outras Contas a Pagar, refere-se a reforços de garantia inicial, e são efetuados mediante uma retenção no momento do pagamento.

3.4 – Ativos Intangíveis

Os ativos intangíveis são mensurados na data do seu reconhecimento contabilístico pelo seu custo que, no caso específico da GO Porto, se resume ao seu preço de compra. Os ativos são mensurados após o seu reconhecimento segundo o modelo de custo. Não foi feita qualquer reavaliação dos ativos.

Os Ativos Intangíveis têm vidas finitas. As amortizações referentes ao período em análise foram calculadas em

duodécimos, segundo o método das quotas constantes, às taxas máximas legais em conformidade com o DR 25/2009, de 14 de setembro, para os bens adquiridos até 2019. Para as aquisições posteriores as amortizações foram calculadas ao abrigo do SNC-AP, com o Classificador Complementar – Cadastro e Vidas Úteis dos Ativos Fixos Tangíveis, Intangíveis e Propriedades de Investimento, publicado no DL 192/2015, de 11 de setembro, e alterações subsequentes. A vida útil estimada dos ativos detidos não difere significativamente das vidas úteis implícitas nas taxas destes diplomas. As taxas utilizadas são as supramencionadas na alínea b) do Ponto 3.2 deste Anexo.

ATIVO NÃO CORRENTE RUBRICA	SALDO INICIAL 01-01-25	REFORÇO	ALIENAÇÕES	TRANSFERÊN CIA E ABATES	SALDO FINAL 30-06-25
ATIVO INTANGÍVEL					
Programas de Computador	529 178,66	0,00	0,00	0,00	529 178,66
INVESTIMENTOS EM CURSO					
Programas de Computador	58 635,00	0,00	0,00	0,00	58 635,00
a)	587 813,66	0,00	0,00	0,00	587 813,66

AMORTIZAÇÕES RUBRICA	SALDO INICIAL 01-01-25	AUMENTOS	ANULAÇÃO / REVERSÃO / TRANSFERÊN	SALDO FINAL 30-06-25
ATIVO INTANGÍVEL				
Programas de Computador	505 463,35	8 481,18	0,00	513 944,53
b)	505 463,35	8 481,18	0,00	513 944,53
a) - b)	82 350,31			73 869,13

No período em análise, não foi registado qualquer valor de reforço na rubrica de ativo intangível.

Confirma-se a inexistência de restrições à titularidade dos bens.

3.5 – Ativos Fixos Tangíveis

Os ativos fixos tangíveis são mensurados na data do seu reconhecimento contabilístico pelo seu custo que, no caso específico da GO Porto, se resume ao seu preço de

compra. Todas as aquisições e beneficiações de montante significativo são reconhecidas como ativos. No período em análise, deve referir-se que as despesas normais com a reparação e manutenção são consideradas como gasto e que não foi efetuada qualquer revalorização dos ativos.

No final do período em análise, as depreciações foram calculadas em duodécimos, segundo o método das quotas constantes, às taxas máximas legais em conformidade com o Decreto Regulamentar 25/2009, de 14 de setembro, e alterações subsequentes, para os bens adquiridos até 2019. Para as aquisições posteriores as depreciações foram calculadas ao abrigo do SNC-AP, com o Classificador Complementar – Cadastro e Vidas Úteis dos Ativos Fixos Tangíveis, Intangíveis e Propriedades de Investimento, publicado no DL 192/2015, de 11 de setembro, e alterações subsequentes. A vida útil estimada dos ativos detidos não difere significativamente das vidas úteis implícitas nas taxas destes diplomas.

No 1.º semestre de 2025, e conforme visível no quadro seguinte, assinala-se um reforço, de €1.672,80, na rubrica Equipamentos Administrativos, referente à aquisição de uma Plotter HP DesignJet, para uso geral dos gestores de empreendimento, e de uma Cadeira Ergonómica”, para a área de Sistemas de Informação:

ATIVO NÃO CORRENTE RUBRICA	SALDO INICIAL 01-01-25	REFORÇO	ALIENAÇÕES	TRANSFERÊN CIA E ABATES	SALDO FINAL 30-06-25
ATIVO FIXO TANGÍVEL					
Edifícios e outras construções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Equipamento de transporte	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Equipamento administrativo	419.248,33	1.672,80	0,00	0,00	420.921,13
Outros ativos fixos tangíveis	8232,64	0,00	0,00	0,00	8232,64
INVESTIMENTOS EM CURSO					
Equipamento administrativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
a)	427.480,97	1.672,80	0,00	0,00	429.153,77

DEPRECIAÇÕES RUBRICA	SALDO INICIAL 01-01-25	AUMENTOS	ANULAÇÃO / REVERSÃO / TRANSFERÊN	SALDO FINAL 30-06-25
ATIVO FIXO TANGÍVEL				
Edifícios e outras construções	0,00	0,00	0,00	0,00
Equipamento de transporte	0,00	0,00	0,00	0,00
Equipamento administrativo	266.283,78	27.048,29	0,00	293.332,07
Outras imobilizações corpóreas	8.046,37	0,00	0,00	8.046,37
b)	274.330,15	27.048,29	0,00	301.378,44
a) - b)	153.150,82			127.775,33

À semelhança do referido nos Ativos Intangíveis, também nos Tangíveis, confirma-se a inexistência de restrições à titularidade dos bens.

3.6 – Locações

3.6.1 – Locações financeiras

Em 30 de junho de 2025, a GO Porto não tem qualquer ativo em locação financeira.

3.6.2 – Locações operacionais

Nesta rubrica de gastos de locação operacional, destaca-se o conjunto de contratos celebrado com a entidade KINTO, abrangendo 16 viaturas da frota automóvel da empresa, às quais, acrescem mais dois contratos de locação celebrados com a entidade Mercedes-Benz, Lda., que, em conjunto, perfazem no período em

análise, um total de pagamentos no valor de €52.255,20, conforme se demonstra no quadro seguintes:

Contrato N.º	Valor Contratos	Nº Contr.	Data Início	Data Fim	Pagamentos efetuados pelo locatário acumulados				Futuros pagamentos do Locatário				Valor presente dos futuros pag.tos
					Período		Acumulado		Até 1 ano	Entre 1 a 5 anos	Superior a 5 anos	Total	
					Pag.tos do Período	Rendas Contingentes	Pag.tos do Período	Rendas Contingentes					
Hardware/Equipamen	34 377,50	1			4 044,32	0,00	14 151,94	0,00	8 088,64	12 136,92	0,00	20 225,56	0,00
Fotocopiadoras Xerox	34 377,50	1	25-07-2023	31-12-2027	4 044,32	0,00	14 151,94	0,00	8 088,64	12 136,92	0,00	20 225,56	n.a.
Viaturas	521 450,99	18			52 255,20	0,00	201 795,94	0,00	104 774,35	214 880,70	0,00	319 655,05	0,00
Contratos Kinko:													
Contrato 10072007	37 097,23	1	27-01-2023	26-01-2028	3 713,78	0,00	17 515,31	0,00	7 398,80	12 183,12	0,00	19 581,92	n.a.
Contrato 10072006	37 097,23	1	27-01-2023	26-01-2028	3 713,78	0,00	17 514,82	0,00	7 398,80	12 183,62	0,00	19 582,42	n.a.
Contrato 10073214	25 447,49	1	14-07-2023	13-07-2028	2 552,79	0,00	9 653,57	0,00	5 087,42	10 706,50	0,00	15 793,92	n.a.
Contrato 10073212	25 447,49	1	29-05-2023	28-05-2028	2 550,81	0,00	10 282,27	0,00	5 083,30	10 081,92	0,00	15 165,22	n.a.
Contrato 10072010	30 505,33	1	25-09-2023	24-09-2028	3 062,48	0,00	10 340,12	0,00	6 104,21	14 061,00	0,00	20 165,21	n.a.
Contrato 10072011	30 505,33	1	25-09-2023	24-09-2028	3 062,48	0,00	10 342,11	0,00	6 104,21	14 059,01	0,00	20 163,22	n.a.
Contrato 10072012	30 505,33	1	21-09-2023	20-09-2028	3 062,48	0,00	10 414,09	0,00	6 104,21	13 987,03	0,00	20 091,24	n.a.
Contrato 10072013	35 862,93	1	27-09-2023	26-09-2028	3 061,48	0,00	10 580,40	0,00	6 086,78	19 195,75	0,00	25 282,53	n.a.
Contrato 10072009	30 505,33	1	28-09-2023	27-09-2028	3 062,48	0,00	10 288,08	0,00	6 104,21	14 113,04	0,00	20 217,25	n.a.
Contrato 10073215	25 447,49	1	14-07-2023	13-07-2028	2 552,79	0,00	9 653,12	0,00	5 087,42	10 706,95	0,00	15 794,37	n.a.
Contrato 10073216	25 448,21	1	14-07-2023	13-07-2028	2 552,79	0,00	9 653,12	0,00	5 087,42	10 707,67	0,00	15 795,09	n.a.
Contrato 10073217	25 447,49	1	14-07-2023	13-07-2028	2 552,79	0,00	9 653,12	0,00	5 087,42	10 706,95	0,00	15 794,37	n.a.
Contrato 10073218	25 447,49	1	14-07-2023	13-07-2028	2 552,79	0,00	9 653,12	0,00	5 087,42	10 706,95	0,00	15 794,37	n.a.
Contrato 10073219	25 447,49	1	14-07-2023	13-07-2028	2 552,79	0,00	9 653,12	0,00	5 087,42	10 706,95	0,00	15 794,37	n.a.
Contrato 10073220	25 447,49	1	14-07-2023	13-07-2028	2 552,79	0,00	9 653,12	0,00	5 087,42	10 706,95	0,00	15 794,37	n.a.
Contrato 10072054	30 495,29	1	28-09-2023	27-09-2028	3 605,54	0,00	11 846,65	0,00	7 797,17	10 851,47	0,00	18 648,64	n.a.
Contratos Mercedes:													
Contrato 35071	28 057,58	1	20-04-2023	20-04-2028	2 787,54	0,00	12 726,29	0,00	5 575,08	9 756,21	0,00	15 331,29	n.a.
Contrato 35072	27 238,78	1	20-04-2023	20-04-2028	2 702,82	0,00	12 373,51	0,00	5 405,64	9 459,63	0,00	14 865,27	n.a.
TOTAL	555 828,49	19			56 299,52	0,00	215 947,88	0,00	112 862,99	227 017,62	0,00	339 880,61	0,00

Com data prevista de fim em 2027, acresce àqueles contratos de locação automóvel, um contrato de locação operacional de equipamento multifuncional de fotocópias (XEROX), que, também no período em análise, perfaz um total de pagamentos de €4.044,32.

3.7 – Imparidade de Ativos

MOVIMENTOS DE IMPARIDADES DO PERÍODO	SALDO INICIAL 01-01-25	REFORÇO	REVERSÕES	SALDO FINAL 30-06-25
Imparidades em inventários	0,00	0,00	0,00	0,00

MOVIMENTOS DE IMPARIDADES DO PERÍODO	SALDO INICIAL 01-01-25	REFORÇO	REVERSÕES	SALDO FINAL 30-06-25
Imparidades de Dívidas a Receber	95 189,96	23 396,00	0,00	118 585,96

MOVIMENTOS DE IMPARIDADES DO PERÍODO	SALDO INICIAL 01-01-25	REFORÇO	REVERSÕES	SALDO FINAL 30-06-25
Imparidades em outras contas a receber	177 103,15	0,00	0,00	177 103,15

3.8 – Inventários

Conforme referido na alínea f) do Ponto 3.2 Principais Políticas Contabilísticas, Alterações nas Estimativas Contabilísticas e Erros, os inventários são valorizados ao custo de aquisição, adotando-se o custo médio como método de custeio das saídas. Periodicamente são revisitos os artigos com potencial perda de valor e efetuados os ajustamentos respetivos.

MATÉRIAS PRIMAS, SUBSIDIÁRIAS E DE CONSUMO	1º SEMESTRE 2025	1º SEMESTRE 2024
Existências Iniciais	37 116,77	20 282,06
Compras	0,00	0,00
Regularização de existências	-174,88	-175,14
Existências Finais	34 316,24	18 439,14
CMVMC	2 625,65	1 667,78

O valor da regularização de existência está incluído na rubrica de Outros Gastos e Perdas.

3.9 – Rendimento de Transações com Contraprestação

3.9.1 - Prestações de serviços e outros rendimentos e ganhos

Nos primeiros seis meses do corrente exercício, a atividade a atividade operacional de gestão de obras no âmbito do CGE 2023 – 2025, perfaz um total de €13.721.060,68, representando um aumento face ao valor homólogo do exercício anterior (€11.462.108,86), de 19,7%.

Por outro lado, e ligeiramente abaixo da atividade homóloga do ano anterior, encontra-se a atividade operacional de gestão e exploração do Mercado do Bolhão, com um proveito auferido no final do período em análise de €652.237,10, aquém, em 1,3%, ao registo de 2024 (€660.775,12):

TIPOLOGIA	1º SEMESTRE 2025	1º SEMESTRE 2024
Proveito Contrato Programa - Exploração		
MB	652 237,10	660 775,12
Empreendimentos - Execução de Obra e Projeto		
Prestados à CMP	13 721 060,68	11 462 108,86
Prestados a Outras Entidades	74 855,73	18 848,20
Multas contratuais, accionamento de garantias e diversos aplicadas a fornecedores	36 821,46	93 959,30
Subtotal	14 484 974,97	12 235 691,48
Outros não Especificados	44 167,19	32 233,60
TOTAL	14 529 142,16	12 267 925,08

Tendo por base, por um lado, o contrato de mandato CGE 2023 – 2025 em vigor e, por outro lado, os acordos de colaboração com outras entidades, observa-se no quadro seguinte, um valor total de encomendas de €41.588.676,62, montante abaixo, em 8.3%, ao valor homólogo de 2024 (€45.331.829,16):

Tipologia das encomendas	(valores sem IVA incluído)	
	2025	2024
Empreendimentos - Execução de Obra e Projeto ao abrigo do Contrato CGE C.M.P.	39 974 680,47	42 890 200,00
Empreendimentos - Execução de Obra e Projeto ao abrigo de Acordos de Colaboração com Outras Entidades		
Águas do Porto	1 613 996,15	2 423 977,00
Câmara Municipal de Gaia	0,00	7 183,33
Câmara Municipal de Matosinhos	0,00	2 776,53
Câmara Municipal de Gondomar	0,00	7 692,30
TOTAL	41 588 676,62	45 331 829,16

3.9.2 - Juros e rendimentos similares obtidos

Em 30 de junho de 2025, e resultante de uma aplicação de Depósito a Prazo no Banco BPI, pelo prazo de 6 meses, à taxa de referência de 2,80%, no valor de €750.000,00, assinala-se um valor de juros obtidos, de €5.954,79, em contraponto ao valor homólogo nulo registado em 2024:

TIPOLOGIA	1º SEMESTRE 2025	1º SEMESTRE 2024
Juros e Rendimentos Similares Obtidos	5 954,79	0,00

3.10 – Subsídios Públicos

Conforme referido atrás no Capítulo “I – Atividades Mais Relevantes Desenvolvidas Pela Empresa”, a 13 de dezembro de 2023, foi firmado o Contrato-Programa 2024-2026, entre o Município do Porto e a GO Porto, nos termos do disposto nos artigos 47º e 50º da Lei nº 50/2012, de 31 de agosto, no qual, estão definidos o objeto, a missão, e os objetivos setoriais da GO Porto, e a correspondente comparticipação do Município do

Porto. Esta comparticipação pública reveste a forma de subsídio à exploração, destinando-se a ressarcir a GO Porto em contrapartida das suas responsabilidades e obrigações assumidas no âmbito do Contrato-Programa. Este subsídio é objeto de repartição por tranches periódicas e faturado, mensalmente, pela GO Porto ao Município do Porto.

Para o exercício económico de 2025, o valor do subsídio à exploração ascende a 4.825.000€, tendo a GO Porto procedido à especialização do subsídio imputável ao período decorrido, em conformidade com o processo descrito na alínea j) do ponto 3.2 – Principais Critérios Contabilísticos. Nos primeiros seis meses do corrente exercício, verifica-se:

- Subsídio à exploração recebido: €2.412.499,98;
- Especialização de subsídio: €-661.000,47
- Subsídio à Exploração, após especialização, conforme quadro seguinte: €1.751.499,51

TIPOLOGIA	1º SEMESTRE 2025	1º SEMESTRE 2024
Subsídio à Exploração sem IVA	1 751 499,51	1 641 400,86

À data de 30 de junho de 2025, o valor de subsídio à exploração não utilizado a devolver ao Município do Porto relativo a exercícios económicos anteriores, perfaz um valor total de €227.521,34, exclusivamente, referente ao exercício de 2024 (cf. Nota 3.12.6).

Deve notar-se que, à data do presente relatório, e através da Nota de Crédito n.º NC 2025.NC.2/0000028, de

29 de agosto de 2025, a GO Porto procedeu à devolução integral ao Município do Porto, do valor atrás referido, pelo que, nesta data, inexistia qualquer outro valor a devolver relativo a exercícios anteriores.

3.11 – Acontecimentos Após a Data do Relato

Após 30 de junho de 2025 e até à data do presente relatório, não ocorreram acontecimentos subsequentes que impliquem ajustamentos e, ou, divulgação nas contas em apreço, ficando as mesmas autorizadas para emissão na presente data.

3.12 – Instrumentos Financeiros

3.12.1 – Clientes e Fornecedores

Clientes: Em 30 de junho de 2025, a composição do saldo é a seguinte:

CLIENTES	1º SEMESTRE 2025	1º SEMESTRE 2024
Clientes Gerais	64 855,98	54 365,60
Câmara Municipal do Porto	499 510,32	2 737 939,25
Clientes MB cobrança duvidosa	154 105,96	0,00
Clientes MB	157 499,98	162 373,43
Clientes Municipais:	35 564,14	8 166,95
Águas do Porto, EM	35 564,14	8 166,95
Imparidade clientes MB	-118 585,96	0,00
	792 950,42	2 962 845,23

Neste ponto de situação de 2025, deve referir-se a existência de saldos credores em clientes, que foram

transferidos para a conta de Outras Dívidas a Pagar - outros credores – saldos de clientes credores (cf. Nota 3.12.4), sendo:

- Francisca Ortigão, Unipessoal, Lda.: €505,84;
- Celestina Maria Pereira Ribeiro Moreira: €0,25;
- Catarina Batista Sousa Rio: €505,84

Fornecedores: Em 30 de junho 2025, a composição do saldo é a seguinte:

FORNECEDORES	1º SEMESTRE 2025	1º SEMESTRE 2024
Fornecedores Empresa - Mãe	0,00	26 044,35
Fornecedores Gerais	1 708 159,58	2 896 171,26
	1 708 159,58	2 922 215,61
Fornecedores de Investimentos	0,00	0,00

No que à existência, no final do período em análise, de saldos devedores em fornecedores, que foram registados na conta de Outras Créditos a Receber (cf. Nota 3.12.4), diz respeito, detalha-se o caso único:

- CONDURIL – Construtora Duriense, S.A.: €1.614,35

3.12.2 – Estado e outros entes públicos

Em 30 de junho de 2025, a composição do saldo é a seguinte:

ESTADO	SALDO DEVEDOR	SALDO CREDOR	SALDO DEVEDOR	SALDO CREDOR
	1º SEMESTRE 2025	1º SEMESTRE 2025	1º SEMESTRE 2024	1º SEMESTRE 2024
Imposto sobre o Rendimento e Derrama	2 100,00	4 226,75	14 046,31	4 357,38
Retenção de Impostos		54 619,60		48 126,00
Imposto sobre Valor Acrescentado	26 733,02	14 799,73	7 512,16	19 371,44
Contribuições para a Segurança Social		93 328,58		78 147,23
Caixa Geral de Aposentações		6 707,02		9 267,32
ADSE		0,00		0,00
FCT/FGCT		0,00		0,00
	28 833,02	173 681,68	21 558,47	159 269,37

Perfazendo um saldo líquido de €11.933,29, a conta Imposto sobre o Valor Acrescentado apresenta um valor de IVA a recuperar de €26.733,02 e de IVA a pagar de €14.799,73.

3.12.3 – Imposto sobre o rendimento

3.12.3.1 - Impostos correntes

- a. A Empresa Municipal está sujeita a uma taxa de IRC de 21%. Acresce ainda um valor de derrama resultante da aplicação das taxas previstas na Lei das Finanças Locais (Lei n.º 2/2007, de 15 de janeiro) que no caso do Município do Porto é de 1,5 % do lucro tributável sujeito a imposto. A 30 de junho de 2025, o valor é de €4.226,75;
- b. De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção por parte das autoridades fiscais durante um

período de quatro anos, cinco para a segurança social, exceto no caso em que existam prejuízos reportados. Deste modo, as declarações fiscais dos anos de 2021 a 2024, poderão ainda ser sujeitas a revisão, embora a GO Porto considere que eventuais correções resultantes de revisões fiscais àquelas declarações de impostos não poderão ter um efeito significativo nas demonstrações financeiras em 30 de junho de 2025.

- c. É ainda consequência da Lei em vigor, a tributação autónoma em sede de IRC, de acordo com o estabelecido no artigo 88.º do CIRC.

3.12.3.2 - Impostos diferidos

Não existem, nos períodos de relato, situações que permitam o apuramento, na estimativa anual, de impostos diferidos, ou o reconhecimento de ativos ou passivos por impostos diferidos.

3.12.4 – Outras contas a receber e Outras contas a pagar

Em 30 de junho de 2025, a composição do saldo é a seguinte:

OUTRAS CONTAS A RECEBER E OUTRAS CONTAS A PAGAR	1º SEMESTRE 2025	1º SEMESTRE 2024
Ativo Corrente	2 279 425,47	1 076 927,17
Outras Contas a Receber:		
Devedores por acréscimos de rendimentos	2 277 811,12	1 076 566,59
Prestações de serviços CGE	2 277 811,12	1 069 975,57
Prestações de serviços OE	0,00	6 591,02
Outros Devedores	1 614,35	360,58
Outros devedores - saldos de fornecedores/devedores	1 614,35	360,58
Passivo Corrente	2 380 503,95	1 551 918,62
Outras Contas a Pagar:		
Credores por acréscimos de gastos	2 364 695,06	1 534 137,81
Previsão para gastos com férias e subsídio de férias, Natal e respectivos encargos	394 844,50	384 699,63
Faturas a receber Obra (CGE e outras Entidades)	1 907 343,40	1 121 595,78
Diversos MB (encargos de manutenção)	50 490,83	16 476,63
Diversos Estrutura (comunicação, combustíveis, electricidade, água e rendas e alugueres e outros)	12 016,33	11 365,77
Outros Credores	15 808,89	17 780,81
Outros Credores - Consultores e pessoal	14 796,96	17 724,30
Outros Credores - saldos de clientes/credores	1 011,93	56,51
Ativo Não Corrente		
Outros Ativos Financeiros:	5 724 224,91	4 860 837,87
Depósitos bancários e Retenções de Garantia	5 576 410,25	4 712 601,41
Outros devedores (c/+12 meses) - Saldos de fom. cobr. Duv. e proc. PER - Perdas p/Imparidades Acum.	128 101,59	128 523,39
FCT	19 713,07	19 713,07
Passivo Não Corrente	5 576 410,25	4 712 601,41
Outras Contas a Pagar:		
Outros Credores	5 576 410,25	4 712 601,41
Depósitos bancários e Retenções de Garantia	5 576 410,25	4 712 601,41

No quadro anterior, a decomposição do saldo da rubrica Outras Contas a Receber e Outras Contas a Pagar, mostra a linha de “Outros Credores – Depósitos bancários e Retenções de Garantia”, perfazendo um total de €5.576.410,25 (cf. nota 3.3), retratando o valor dos depósitos das garantias dadas pelos fornecedores, por responsabilidades inerentes às empreitadas em curso, quer por depósitos diretamente efetuados pelos fornecedores quer por retenções efetuadas aquando dos pagamentos. Pelo exposto, se conclui que estes valores serão, de acordo com o preceituado na lei em vigor, restituídos, estando por tal motivo classificado no ativo

como não corrente, na rubrica de outros ativos financeiros.

↓ Legenda **Rua Direita | Requalificação da Tv. de Entrecampos e Outras**



3.12.5 – Património líquido

A totalidade do capital social da GO Porto é detida a 100% pelo Município do Porto.

Nos termos do Quadro D - Demonstração das alterações no património líquido, exibido no ponto “1 – Indicadores de Gestão” do presente capítulo, podem observa-se os movimentos ocorridos até ao final do período em análise, em cada uma das rubricas dos Capitais Próprios. O movimento ocorrido no Capital Próprio reflete a aplicação dos resultados, de acordo com o artigo 295.º do Código das Sociedades Comerciais e artigo 26.º dos Estatutos da GO Porto, como segue: Para Reserva Legal – 5%. O montante restante é aplicado na rubrica de Resultados Transitados, conforme deliberação da Assembleia Geral.

3.12.6 – Credores por transferências e subsídios concedidos

CREDORES POR TRANSFERÊNCIAS E SUBSÍDIOS CONCEDIDOS	1º SEMESTRE 2025	1º SEMESTRE 2024
Especialização do Subsídio	888 521,81	489 913,65

À data de 30 de junho de 2025, o valor de subsídio à exploração não utilizado a devolver ao Município do Porto relativo a exercícios económicos anteriores, perfaz um valor total de €227.521,34, exclusivamente, referente ao exercício de 2024 (cf. Nota 3.10).

3.13 – Benefícios dos Empregados

No quadro abaixo, os encargos referentes ao pessoal registados no 1º semestre de 2025 e 2024, referem-se exclusivamente a benefícios de curto prazo, não existindo responsabilidades com benefícios de médio/longo prazo e estão considerados os duodécimos de férias e subsídio de férias, a pagar em 2026, e o subsídio de Natal pago em duodécimos, cuja repartição se apresenta da forma seguinte:

RUBRICA	1º SEMESTRE 2025	1º SEMESTRE 2024
Remunerações e mensualizações do Conselho de Administração	62 934,17	61 362,20
Remunerações e mensualizações do pessoal	985 779,16	912 765,31
Encargos sociais	237 865,91	219 240,62
Outros	41 110,20	32 242,11
TOTAL	1 327 689,44	1 225 610,24

Conforme referido no Capítulo V “O Cumprimento do Plano de Recursos Humanos”, no final do semestre em análise, a GO Porto apresenta um quadro de pessoal de 55 colaboradores, acrescido de dois administradores executivos e um não executivo.

Deu-se início ao exercício de 2025, com a Presidência do Conselho de Administração a ser exercida pelo Senhor Vereador, Arq.º Albino Pedro Pereira Baganha, por intermédio da deliberação da Câmara Municipal do Porto de 8 de novembro de 2021, registada com o n. 556527-2021-CMP. Por via dessa mesma deliberação, foram, ainda, designados, como Vice-Presidente do Conselho de Administração, a Senhora Arq.ª Cátia Andrade Meirinhos e, como Vogal do Conselho de

Administração, o Senhor Eng.º Manuel Maria Aranha Furtado de Mendonça. Contudo, a mencionada Vice-Presidente do Conselho de Administração, a Senhora Arq.ª Cátia Andrade Meirinhos, renunciou ao cargo que exercia, deixando de desempenhar funções na GO Porto, E.M., a partir de 7 de janeiro de 2025. Em consequência, e uma vez que, de acordo com o artigo 13.º do Estatutos da Empresa, o órgão de gestão é composto por três membros, o executivo municipal deliberou a alteração da composição do Conselho de Administração, posteriormente aprovada por deliberação da Assembleia Geral de 14 de janeiro de 2025, passando o mesmo a ser constituído, para além do Senhor Arq.º Albino Pedro Pereira Baganha, que manteve o cargo de Presidente do Conselho de Administração, pelo Senhor Eng.º Manuel Maria Aranha Furtado de Mendonça que passou a exercer funções como Vice-Presidente, sendo ainda designada como Vogal, a Senhora Dr.ª Francisca Carneiro Fernandes que iniciou funções a 20 de janeiro de 2025.

No quadro seguinte, e conforme referido na nota 3.2 alínea g) - dando nota de que, face às alterações incorridas, em 2023, no FCT, por força da Agenda do Trabalho Digno, aprovada pela Lei n.º 13/2023, de 3 de abril, e das alterações legislativas providas do DL 115/2023, de 15 de dezembro, cessou a obrigação dos empregadores de efetuarem, a partir de 01 de maio de 2023, entregas para este fundo -, verifica-se a inexistência de qualquer valor de reforço na rubrica FCT no corrente exercício:

ATIVO NÃO CORRENTE RUBRICA	SALDO INICIAL 01-01-25	REFORÇO	ALIENAÇÕES	TRANSFERÊNCIA E ABATES	SALDO FINAL 30-06-25
INVESTIMENTOS					
Fundo de compensação de trat	19 713,07	0,00	0,00	0,00	19 713,07
	19 713,07	0,00	0,00	0,00	19 713,07

3.14 – Partes Relacionadas

O Município do Porto, NIF 501 306 099, com sede nos Paços de Concelho, na Praça General Humberto Delgado, Porto, detém na totalidade o capital social da GO Porto, o qual é composto por 100 000 ações nominativas de valor nominal de € 5 cada.

Conforme referido no capítulo atrás “I – Atividades Mais Relevantes Desenvolvidas Pela Empresa”, a atividade da GO Porto para o Município do Porto é enquadrada pelo contrato programa 2024 - 2026 e pelo contrato de mandato CGE 2023-2025, em conformidade com Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto. O contrato-programa, revisto anualmente, tem por objeto a definição de objetivos setoriais da GO Porto e a correspondente comparticipação do Município do Porto. Os saldos pendentes e transações (com IVA incluído) com a empresa mãe e outras empresas relacionadas, são os seguintes:

A Situação Económico-Financeira

		Entidades	1º SEMESTRE 2025	1º SEMESTRE 2024
Transações passivas	Município do Porto		65 646,76 €	73 692,71 €
	Águas do Porto		26 689,84 €	22 602,27 €
	EMAP		14 088,12 €	16 269,16 €
	DomusSocial		- €	12 086,80 €
Transações ativas	Município do Porto		14 500 314,29 €	12 778 234,47 €
	Águas do Porto		70 046,64 €	59 311,89 €

		Entidades	30.06.2025		30.06.2024	
			Saldo devedor	Saldo credor	Saldo devedor	Saldo credor
Saldo de transações passivas	Município do Porto		- €	- €	- €	26 044,35 €
	EMAP		- €	- €	1,67 €	- €
Saldo de transações ativas	Município do Porto		499 510,32 €	- €	2 737 939,25 €	- €
	Águas do Porto		35 564,14 €	- €	8 166,95 €	- €

No período em análise, e conforme demonstrado no quadro seguinte, a remuneração bruta dos dois administradores executivos perfaz os valores seguintes:

Membro do Órgão de Administração	Remuneração Semestral 2025 (€)	
	Fixa	Bruta
Arq. Albino Pedro Pereira Baganha	Não remunerado	
Eng.º Manuel Maria Aranha Furtado de Mendonça	30 199,51 €	30 199,51 €
Dra. Francisca do Passo Valente Carneiro Fernandes	27 065,65 €	27 065,65 €
Arq.ª Cátia Andrade Meirinhos	7 848,31 €	7 848,31 €
		65 113,47 €

3.15 – Outras Informações

3.15.1 – Diferimentos

A composição do saldo a 30 de junho de 2025 é a seguinte:

DIFERIMENTOS	1º SEMESTRE 2025	1º SEMESTRE 2024
SALDOS DEVEDORES		
Seguros	46 959,00	38 480,53
Contratos de manutenção (software, equipamentos, arrendamento)	30 904,83	25 527,17
Diversos	3 889,05	2 084,07
	81 752,88	66 091,77
SALDOS CREDITORES		
Rendas a reconhecer (MB)	82 143,04	81 643,07
	82 143,04	81 643,07

3.15.2 – Fornecimentos e serviços externos

Conforme demonstrado no quadro seguinte, a 31 de junho de 2025, a rubrica FSE atinge um valor total de €14.884.459,35, num incremento homólogo face ao valor de 2024, de 17,79% (+€2.248.318,16), em grande parte condicionado pela variação, em alta, dos FSE de

obra (+20,21%), que, perfazendo no final do período em análise, o valor de €13.734.486,41, apresenta um peso sobre os FSE totais, de 92,3%. Conforme é sabido, este aumento homólogo dos FSE de obra, deve-se ao crescimento homólogo, face ao exercício anterior, da atividade operacional da empresa prestada a favor do Município do Porto, no âmbito do CGE 2025 em curso.

Tendo por referência a atividade operacional da área de Gestão e Exploração, e no que aos gastos diretos diz respeito, observa-se um aumento homólogo face ao exercício de 2024, de 3,52% (+€26.068,21), justificado pelo crescimento homólogo, de +€48.141,27, da rubrica “Outros subcontratos ou concessões”, justificado por revisões de preços de contratos em vigor. Em sentido contrário, observa-se a redução homóloga dos gastos na rubrica “Publicidade e propaganda”, justificada pelo facto de, em 2025, ter deixado de haver gastos em prestações de serviço de consultoria de Assessoria Comercial e de Marketing no Mercado do Bolhão.

Ainda por referência ao quadro abaixo, observa-se no âmbito dos gastos de FSE relativos à estrutura comum, uma variação homóloga, em baixa, face ao exercício anterior, de -10,97% (-€34.537,29), justificada, essencialmente, pela diminuição do valor de gastos na rubrica “Trabalhos especializados”, perfazendo uma redução expressiva de €35.016,49, justificada pela não renovação, em 2025, de uma prestação de serviços outsourcing em helpdesk, que, nos primeiros meses de 2024, foi necessária para efeito de substituição temporária de um colaborador da área de Sistemas de Informação, que entrou em licença de paternidade:

A Situação Económico-Financeira

FSE	1º SEMESTRE 2025	1º SEMESTRE 2024
GASTOS DIRETOS DA OBRA		
FSE Obras - refaturados à CMP	13 734 486,41	11 425 531,64
FSE Obras - refaturados à outras entidades	61 430,00	55 425,42
FSE- Gastos c/origem noutras entidades	36 821,46	93 959,30
Sub-total gastos de Obra / diretos	13 832 737,87	11 574 916,36
GASTOS DIRECTOS DA ÁREA EXPLORAÇÃO		
Outros subcontatos ou concessões	671 432,86	623 291,59
Trabalhos especializados	5 266,00	14 004,00
Publicidade e propaganda	231 39,59	46 360,17
Honorários	4 800,00	0,00
Comissões -De serviços financeiros	1 388,87	1 267,05
Conservação e Reparação	4 749,20	2 600,21
Outros materiais diversos de consumo	0,00	179,75
Electricidade	39 000,00	33 361,09
Água	17 628,42	20 272,87
Sub-total gastos Da Área de Exploração / directos	767 404,94	741 336,73
GASTOS INDIRECTOS DA ÁREA EXPLORAÇÃO		
Conservação e Reparação	100,00	97,78
Electricidade	66,12	46,68
Combustíveis	658,66	311,30
Deslocações e Estadas	0,00	1 390,00
Rendas e Aluguereis	2 896,77	2 910,06
Seguros	164,58	164,58
Sub-total gastos Da Área de Exploração / indirectos	3 886,13	4 920,40
GASTOS ESTRUTURA / INDIRECTOS		
Outros subcontatos ou concessões	14 372,18	9 202,88
Trabalhos especializados	69 235,62	104 252,11
Publicidade	4 555,00	4 269,99
Vigilância e Segurança	12 985,68	16 052,86
Honorários	4 750,00	5 410,00
Comissões -De serviços financeiros	244,26	291,70
Conservação e Reparação	36 952,65	35 994,67
Pecas, ferramentas e utensilios de desgaste rápido	0,00	253,79
Livros e documentação Técnica	294,31	445,27
Material de escritório	730,60	2 391,46
Artigos para oferta e de publicidade e divulgação	90,00	0,00
Medicamentos e artigos para a saúde	0,00	9,98
Outros materiais diversos de consumo	0,00	94,25
Electricidade	7 811,45	11 252,69
Combustíveis	3 110,24	2 984,92
Água	5 407,54	829,28
Deslocações e Estadas	92,40	763,95
Rendas e Aluguereis	83 322,26	84 307,34
Comunicação	2 400,91	4 767,15
Seguros	20 271,23	18 953,64
Contencioso e Notariado	708,00	25,00
Limpeza, higiene e conforto	13 096,08	12 414,77
Sub-total custos de estrutura / indirectos	280 430,41	314 967,70
TOTAL	14 884 459,35	12 636 141,19

3.15.3 - Garantias prestadas por terceiros

O montante das garantias prestadas por terceiros ascende aos €21.974.584, em grande parte (53,0%) pela importância da rubrica “Garantias bancárias”, com origem em contratos de empreitada celebrados pela GO Porto, no valor de €11.643.720:

FORMA DE PRESTAÇÃO DE GARANTIA	COM ORIGEM EM CONTRATOS DE EMPREITADA	COM ORIGEM EM OUTROS TIPOS DE CONTRATOS	TOTAL
Garantias bancárias	11 643 720	4 014 234	15 657 953
Seguro de caução	674 492	32 865	740 221
Depósito de caução	756 023	493 721	1 249 743
Retenções para Reforço Garantia	3 523 640	803 027	4 326 667
			21 974 584

As garantias prestadas sob a forma de depósito de caução e retenções de garantia estão relevadas na conta de outras contas a receber e outras contas a pagar, nos termos da nota 3.12.4.

3.15.4– Garantias prestadas a terceiros

Em 30 de junho de 2025, inexistiu qualquer garantia prestada pela GO Porto a terceiros.

3.15.5 – Ativos e junho contingentes

- a) À data de 30 de junho de 2025, as responsabilidades contratuais assumidas pela GO Porto e derivadas de concursos lançados e contratualizados perfazem €22.705.585,45, correspondendo à diferença entre o total contratualizado e o total realizado.
- b) Responsabilidades eventuais relativas aos contenciosos existentes, sendo:

b1) Litígios Pendentes:

PROCESSO	AUTOR	TIPO DE ACÇÃO	VALOR
Tribunal judicial			
Processos n.ºs 1140/04.2BEPR (1768)	Jaime Ribeiro & Filhos, S.A. e Construtora Abrantina, S.A.	Acção administrativa comum com processo ordinário	755 204,36 €
Processo n.º 752/05.1BEPR (1782)	Jaime Ribeiro & Filhos SA	Acção administrativa comum com processo ordinário	4 224 882,80 €
Processo n.º 1079/08.2BEPR (1887)	Alberto Couto Alves, S.A.	Acção administrativa comum com processo ordinário	336 092,27 €
Processo n.º 1081/08.4BEPR (1888)	Alberto Couto Alves, S.A.	Acção administrativa comum com processo ordinário	158 430,97 €
Processo n.º 2836/10.5BEPR	Costeira Empreiteiros – Sociedade de Construções, S.A.	Acção administrativa comum com processo ordinário	277 946,41 €
Processo: n.º 1677/17.3BEPR	CCCAH - PortoSushi, Actividades Hoteleiras, Lda. (GOSHO)	Acção administrativa comum com processo ordinário	391 672,34 €
Processo n.º 2071/09.5BEPR (1945)	Jaime Queirós Ribeiro, S.A.	Acção administrativa comum com processo ordinário	825 150,49 €
Processo n.º 1218/12.9 TJVNF	Ré: Jaime Queirós Ribeiro, S.A.	Processo de Insolvência	392 708,40 €
Processos n.ºs 40/05.3BEPR (1779B)	Jaime Ribeiro & Filhos, S.A. e Construtora Abrantina, S.A.	Acção administrativa comum com processo ordinário	267 718,14 €
Processo n.º 105/20.1BEPR	M. Santos & Companhia, S.A.	Acção administrativa comum com processo ordinário	121 837,07 €
Processo n.º 2437/20.0BEPR	M. Santos & Companhia, S.A.	Acção administrativa comum com processo ordinário	167 238,86 €
Processo: 1774/25.1BEPR	ABB - Alexandre Barbosa, S.A.	Ação administrativa	802 142,03 €
Processo: 1586/25.2UEPR	Sensetec - Engenharia e Construção. Lda	Processo de contencioso pré-contratual	1 978 988,00 €
Processo 46/25.6BEPR UO 2	ABB - Alexandre Barbosa, S.A.	Ação administrativa	6 675 008,79 €
PROCESSO	AUTOR	TIPO DE ACÇÃO	VALOR
Tribunal arbitral			
Processo n. CIA 24-A/2021 Petição Inicial março de 2022	Lúcio & ACA - Bolhão ACE	Acção em Processo Arbitral	6 505 616,33 €

Em conclusão, é convicção da GO Porto, que não existe fundamento para a atribuição de qualquer compensação financeira adicional às diferentes autoras nas situações acima descritas.

Não obstante, não se ignora o risco, sempre existente em situações desta natureza contenciosa, de as contendas judiciais poderem vir a ser desfavoráveis.

b3) Contingências ou reclamações de que possam resultar possíveis encargos para a Sociedade:

Nada a registar.

b4) Reclamações fiscais ou outras:

Nada a registar.



↓ Legenda **Mercado do Bolhão**

4 – Demonstrações Orçamentais

4.1. O mapa do orçamento inicial (NCP 26)

Rubrica	Designação	Valor do Orçamento 2025
	Receita corrente	48 703 236,59 €
R1	Receita fiscal	
R1.1	Impostos Diretos	765,09 €
R3	Taxas, multas e outras penalidades	10,00 €
R4	Rendimentos de propriedade	15 120,00 €
R5	Transferências correntes	
R5.2	Subsídios Correntes	4 825 000,00 €
R6	Venda de bens e serviços	43 328 555,33 €
R7	Outras Receitas Correntes	533 786,17 €
	Receita de capital	- €
	Receita efetiva (1)	48 703 236,59 €
	Receita não efetiva (2)	- €
	Receita Total (3) = (1) + (2)	48 703 236,59 €
	Despesa corrente	48 289 894,27 €
D1	Despesas com o pessoal	
D1.1	Remunerações certas e permanentes	2 336 719,42 €
D1.2	Abonos variáveis ou eventuais	111 918,54 €
D1.3	Segurança Social	638 045,66 €
D2	Aquisição de bens e serviços	45 160 096,39 €
D3	Juros e outros encargos	50,00 €
D5	Outras Despesas Correntes	43 064,27 €
	Despesa de capital	214 575,62 €
D6	Aquisição de bens de capital	202 621,00 €
D9	Despesa com ativos financeiros	11 954,62 €
	Despesa efetiva (4)	48 504 469,89 €
	Despesa não efetiva (5)	- €
	Despesa Total (6) = (4) + (5)	48 504 469,89 €
	Saldo Total (3) - (6)	198 766,70 €
	Saldo Global (1) - (4)	198 766,70 €
	Despesa Primária	48 504 469,89 €
	Saldo Corrente	413 342,31 €
	Saldo de Capital	-214 575,62 €
	Saldo Primário	198 766,70 €

4.2. Demonstração de desempenho orçamental

Rubrica	Recebimentos	Fontes de Financiamento					Total	30/06/2024
		RP	RG	UE	EMPR	Fundos Alheios		
	Saldo gerência anterior	1 971 461,57	0,00	0,00	0,00	5 309 328,15	7 280 789,72	6 607 763,20
	Operações orçamentais (1)	1 971 461,57	0,00	0,00	0,00	0,00	1 971 461,57	1 948 973,81
	Operações tesouraria (A)	0,00	0,00	0,00	0,00	5 309 328,15	5 309 328,15	4 658 789,39
	Receita corrente	14 519 943,09	0,00	0,00	0,00	0,00	14 519 943,09	11 265 249,48
R3	Taxas, multas e outras penalidades	8 400,00	0,00	0,00	0,00	0,00	8 400,00	0,00
R4	Rendimentos de propriedade	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R5	Transferências correntes	2 412 499,98	0,00	0,00	0,00	0,00	2 412 499,98	1 953 138,36
R52	Subsídios correntes	2 412 499,98	0,00	0,00	0,00	0,00	2 412 499,98	1 953 138,36
R6	Venda de bens e serviços	12 046 159,40	0,00	0,00	0,00	0,00	12 046 159,40	9 180 626,15
R7	Outras receitas correntes	52 883,71	0,00	0,00	0,00	0,00	52 883,71	131 484,97
	Receita capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R8	Venda de bens de investimento	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R11	Reposição não abatida aos pagamentos	5 778,49	0,00	0,00	0,00	0,00	5 778,49	4 487,15
	Receita efetiva (2)	14 525 721,58	0,00	0,00	0,00	0,00	14 525 721,58	11 269 736,63
	Receita não efetiva (3)	750 000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	750 000,00	0,00
R12	Ativos financeiros	750 000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	750 000,00	0,00
	Soma (4)=(1)+(2)+(3)	17 247 183,15	0,00	0,00	0,00	0,00	17 247 183,15	13 218 710,44
	Operações de tesouraria (B)	0,00	0,00	0,00	0,00	780 011,96	780 011,96	525 750,96

Rubrica	Pagamentos	Fontes de Financiamento				Total	30/06/2024
		RP	RG	UE	Fundos Alheios		
	Despesa Corrente	14 141 600,25	0,00	0,00	0,00	14 141 600,25	10 993 271,49
D1	Despesas com o pessoal	1 264 266,52	0,00	0,00	0,00	1 264 266,52	1 130 951,60
D11	Remunerações certas e permanentes	938 832,49	0,00	0,00	0,00	938 832,49	874 924,62
D12	Abonos variáveis ou eventuais	24 800,07	0,00	0,00	0,00	24 800,07	23 167,03
D13	Segurança social	300 633,96	0,00	0,00	0,00	300 633,96	232 859,95
D2	Aquisição de bens e serviços	12 375 192,41	0,00	0,00	0,00	12 375 192,41	9 839 638,54
D5	Outras despesas correntes	502 132,09	0,00	0,00	0,00	502 132,09	22 446,83
	Despesa Capital	74 125,71	0,00	0,00	0,00	74 125,71	110 660,17
D6	Aquisição de bens de capital	74 125,71	0,00	0,00	0,00	74 125,71	110 660,17
	Despesa efetiva (5)	14 215 725,96	0,00	0,00	0,00	14 215 725,96	11 103 931,66
	Despesa não efetiva (6)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D9	Despesas com ativos financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	Soma (7)=(5)+(6)	14 215 725,96	0,00	0,00	0,00	14 215 725,96	11 103 931,66
	Operações de tesouraria (C)	0,00	0,00	0,00	512 929,86	512 929,86	471 938,94
	Saldos para a gerência seguinte	3 031 457,19	0,00	0,00	5 576 410,25	8 607 867,44	6 827 380,19
	operações orçamentais (8)=(4)-(7)	3 031 457,19	0,00	0,00	0,00	3 031 457,19	2 114 778,78
	operações de tesouraria (D)=(A)+(B)- (C)	0,00	0,00	0,00	5 576 410,25	5 576 410,25	4 712 601,41
	Saldo global (2)-[5]	309 995,62	0,00	0,00	0,00	309 995,62	165 804,97
	Despesa primária	14 215 716,73	0,00	0,00	0,00	14 215 716,73	11 103 697,14
	Saldo corrente	378 342,84	0,00	0,00	0,00	378 342,84	271 977,99
	Saldo de capital	-74 125,71	0,00	0,00	0,00	-74 125,71	-110 660,17
	Saldo primário	310 004,85	0,00	0,00	0,00	310 004,85	166 039,49
	Receita total (1)+(2)+(3)	17 247 183,15	0,00	0,00	0,00	17 247 183,15	13 218 710,44
	Despesas Total (5)+(6)	14 215 725,96	0,00	0,00	0,00	14 215 725,96	11 103 931,66

A Situação Económico-Financeira

69

Porto, 19 de setembro de 2025

O Conselho de Administração,

A Contabilista Certificada,

Presidente do Conselho
de Administração

Maria Fernanda Gomes Fernandes

Vice-Presidente do Conselho
de Administração

Vogal do Conselho
de Administração

RELATÓRIO DO FISCAL ÚNICO
SOBRE O RELATÓRIO DE EXECUÇÃO DOS INSTRUMENTOS DE GESTÃO PREVISIONAL
DO PRIMEIRO SEMESTRE DE 2025

1. Conforme solicitado pelo Conselho de Administração da Gestão e Obras do Porto, E.M., o Fiscal Único vem apresentar o seu relatório sobre a informação financeira relativa à execução do primeiro semestre de 2025, elaborada e aprovada pelo Conselho de Administração.
2. O balanço evidencia um total de 12 174 605 euros e um património líquido de 1 365 184 euros, incluindo um resultado líquido do período de 4 190 euros.
3. As demonstrações financeiras relativas a 30 de junho de 2025, estão apresentadas de acordo com a estrutura concetual do Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP),
4. O relatório de execução referido no parágrafo n.º 1, explicita a execução dos Instrumentos de Gestão Previsional (IGP) por comparação dos gastos e rendimentos registados no período, de acordo com o regime do acréscimo, com os IGP do período de 2025, considerados numa base linear. Esta execução corresponde ao subsistema da contabilidade financeira do SNC-AP, não contendo o relatório em apreciação qualquer informação relativa à execução orçamental estabelecida pelo subsistema da contabilidade orçamental do SNC-AP (Norma de Contabilidade Pública 26), com a exceção da apresentação do orçamento inicial da receita e da despesa e da demonstração do desempenho orçamental.
5. Foi assinado em 13 de dezembro de 2023 o Contrato-Programa 2024-2026, entre o Município do Porto e a Gestão e Obras do Porto, E.M. tendo sido efetuados dois aditamentos, o primeiro em 29 de novembro de 2024 e o segundo em 29 de julho de 2025. O 2º adiantamento ao Contrato de Gestão de Empreendimentos 2023-2025, de 9 de dezembro de 2022, foi efetuado em 29 de novembro de 2024 e o terceiro aditamento em 29 de julho de 2025.
6. Conforme devidamente assinalado pelo Conselho de Administração, a taxa de realização financeira global do conjunto de iniciativas inscritas no contrato de gestão de empreendimentos com a Câmara Municipal do Porto e nos diversos acordos de colaboração, no que diz respeito à área de produção, é, no final deste semestre, de cerca de 34,2%. Considerando, também, as intervenções em curso de execução e em fase de cabimentação, esta taxa é de cerca de 88,9%.

Quanto à área de gestão e exploração, a atividade centrou-se na gestão do Mercado do Bolhão.

7. Tendo em atenção as análises efetuadas e os contactos regulares que decorreram com o Conselho de Administração e com os Serviços, e o disposto no parágrafo 4 acima, nada chegou ao conhecimento do Fiscal Único que a leve a concluir que a referida informação financeira do período de seis meses findo em 30 de junho de 2025 de Gestão e Obras do Porto, E.M., não esteja em conformidade, em todos os aspetos materialmente relevantes, com os registos contabilísticos da contabilidade financeira que lhe servem de suporte naquela data.
8. Finalmente, cumpre-me informar que na presente data emiti o relatório sobre a informação financeira do período de seis meses findo em 30 de junho de 2025 da Gestão e Obras do Porto, E.M., para efeitos do Art.º 25.º, n.º 6 alínea h) da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto.

Porto, 22 de setembro de 2025



Susana Catarina Iglésias Couto Rodrigues de Jesus

Revisora Oficial de Contas

1338

REGISTO NA CMVM COM O N.º 20160948

Excelentíssimo Senhor Presidente da
Câmara Municipal do Porto

1. Para os efeitos do Art.º 25.º, n.º 6 alínea h) da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, venho, na qualidade de Fiscal Único da Gestão e Obras do Porto, E.M., apresentar a Vossa Excelência o relatório sobre a informação financeira do período de seis meses findo em 30 de junho de 2025, que compreende o Balanço (que naquela data evidencia um total de ativo líquido de 12 174 605 euros e um total de património líquido de 1 365 184 euros, incluindo um resultado líquido do período de 4 190 euros), a Demonstração dos resultados por naturezas, a Demonstração das alterações no capital próprio e a Demonstração dos fluxos de caixa do período findo na mesma data, e o correspondente Anexo, bem como o relatório sobre a execução dos Instrumentos de Gestão Previsional.
2. De acordo com o Art.º 39.º, n.º 1 da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, a Gestão e Obras do Porto, E.M., (a Entidade) está sujeita a controlo financeiro por parte das entidades competentes, sendo da responsabilidade do Conselho de Administração a adoção de procedimentos de controlo interno adequados a garantir a fiabilidade das contas e demais informação financeira e orçamental, cujo sistema contabilístico deve respeitar o Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP), e, consequentemente, deve a prestação de informação financeira respeitar os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.
3. Ainda de acordo com o Art.º 42.º, n.º 1, alíneas e) e f) da mesma lei, a Gestão e Obras do Porto, E.M., deve facultar à Câmara Municipal do Porto, tendo em vista o seu acompanhamento e controlo, designadamente relatórios trimestrais de execução orçamental, assim como quaisquer outras informações e documentos solicitados, com vista a assegurar a boa gestão e a evolução da situação económica e financeira.
4. De forma a dar cumprimento às obrigações acima descritas, o Conselho de Administração preparou a informação financeira contida nos documentos referidos no parágrafo n.º 1 acima, tendo o meu trabalho consistido em verificar se a mesma está em conformidade com os registos contabilísticos e de controlo orçamental da Gestão e Obras do Porto, E.M., em 30 de junho de 2025.
5. O presente relato não tem por objeto a emissão de certificação legal das contas, pelo que não constitui um exame realizado integralmente de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. Assim, o trabalho consistiu, essencialmente, em indagações e procedimentos analíticos, bem como em testes substantivos às transações

7



não usuais e às de grande significado, tendo, para tal, obtido confirmações e informações junto dos serviços administrativos e financeiros da Entidade.

6. Com base no trabalho efetuado, nada chegou ao meu conhecimento que me leve a concluir que a referida informação financeira do período de seis meses findo em 30 de junho de 2025 da Gestão e Obras do Porto, E.M., não esteja em conformidade, em todos os aspetos materialmente relevantes, com os registos contabilísticos e de controlo orçamental que lhe servem de suporte naquela data.
7. Por outro lado, cumpre-me informar que na presente data emiti o relatório sobre a informação financeira da Gestão e Obras do Porto, E.M., relativa à execução orçamental do primeiro semestre de 2025.
8. Finalmente, e relativamente à situação económica e financeira da Gestão e Obras do Porto, E.M., em 30 de junho de 2025, cumpre-me mencionar que a Empresa depende fundamentalmente da Câmara Municipal do Porto, pelo que quaisquer atrasos significativos na geração de encomendas ou nos fluxos financeiros afetam decisivamente as condições de exploração e o equilíbrio financeiro.

Porto, 22 de setembro de 2025

Susana Catarina Iglésias Couto Rodrigues de Jesus

Revisora Oficial de Contas

1338

REGISTO NA CMVM COM O N.º 20160948